

6

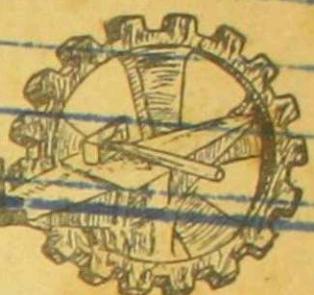


BOLETIM COMERCIAL-INDUSTRIAL

Clas.:

Reg.:

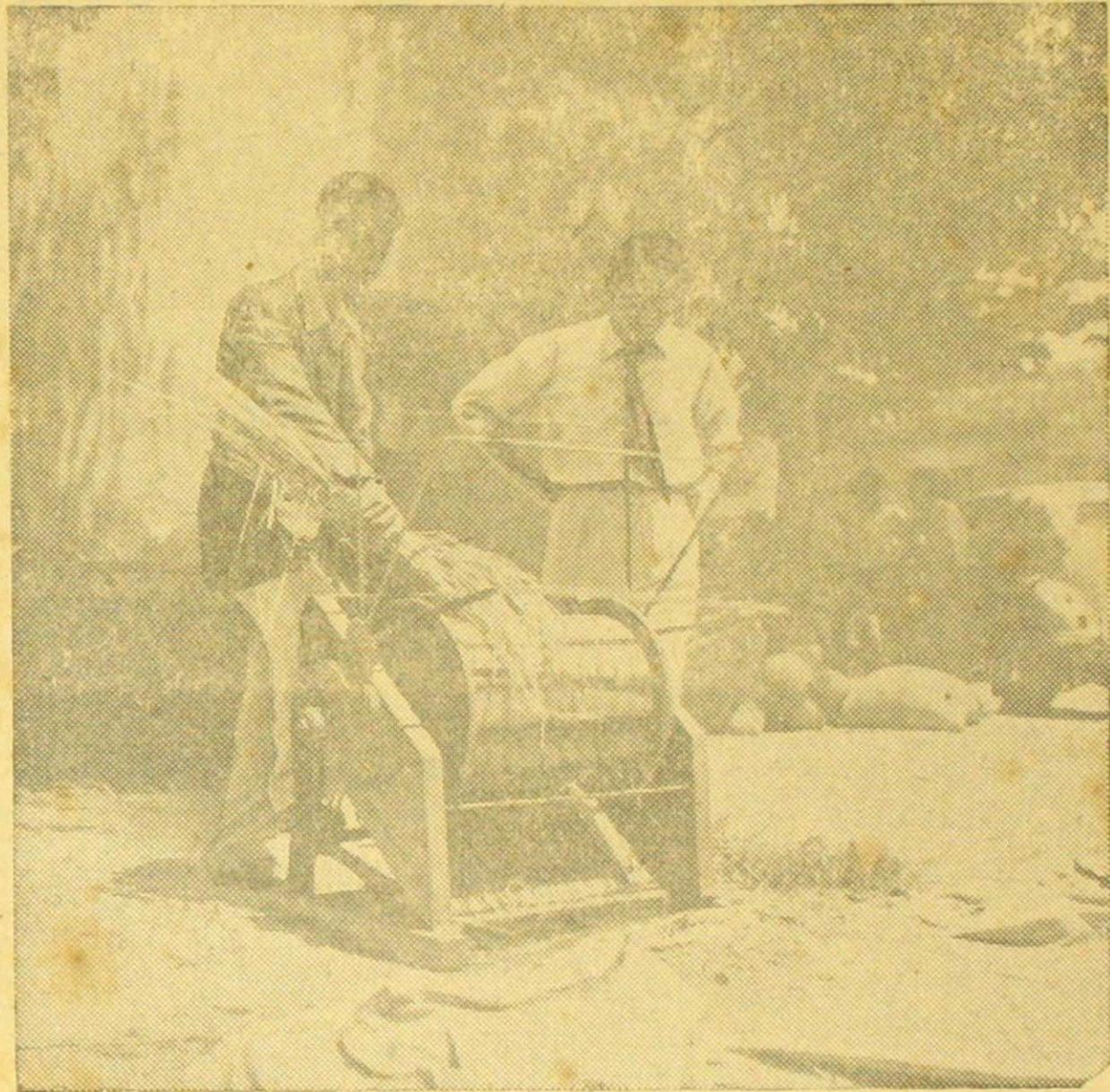
Data:



26

20570

050



DIA DO COLONO — DIA DO COMERCIANTE

No mês de julho, a data dedicada ao Comerciante, dia 16, foi solenizada em nossa capital com festividade promovida pela Federação do Comércio. No dia 25, data dedicada ao Colono, em todo o Estado foram promovidas manifestações de regozijo. O Colono e o Comerciante são esteios da economia nacional; aquê, tirando do chão os frutos da terra; êste, promovendo as trocas, levando ao produtor a melhoria de métodos de produção. No cliché supra vemos a preocupação da Organização das Nações Unidas, em alguma parte do vasto mundo, pelo incentivo à produção e ao comércio.

**FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DE
SANTA CATARINA**

ÓRGÃO DAS CLASSES PRODUTORAS CATARINENSES,

FUNDADO A 13 DE MAIO DE 1950

Caixa Postal, 377 — Florianópolis, S. C.

Telefone: 3627

Sede Social — Trajano, 13 — sob.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FLORIANÓPOLIS
Fundada a 13 de maio de 1915

Considerada de utilidade pública por decreto-federal nº. 8.386 de
8 de novembro de 1917

Rua Trajano, 13, sobrado — Caixa postal, 377
Telefone, 3627 — Florianópolis, S. C.

DIRETORIA

Presidente — Charles Edgar Moritz
Vice-presidente — Severo Simões
1º Secretário — Manuel Soares A. Maia
2º Secretário — José Augusto de Faria
1º Tesoureiro — Antônio Kowalski
2º Tesoureiro — Haroldo S. Glavam

Comissão Fiscal

Erasto Macedo — Rosato Evangelista — Laerth Mello

Comissão Consultiva

Admar Gonzaga — Júlio C. da Rosa — Carlos Gainete

Secretário Geral — Giovanni P. Faraco

A CONSULTORIA JURÍDICA atende aos associados às 2^{as}, 4^{as} e
6^{as}, das 10 às 12 horas, à Avenida Hercílio Luz, 57 — Sala cedida pelo
SESC.

IBGE - DELEST
BIBLIOTECA M.
TEIXEIRA DE FREITAS

Nº. P/2492

Data 6.11.73

Boletim Comercial e Industrial

Órgão de Defesa das Classes Produtoras em Santa Catarina

Diretor-Proprietário — ADMAR GONZAGA

Diretor de Redação: GIOVANNI P. FARACO

Gerente: GUILHERME KERSTEN

Redação: Rua Trajano, 13 — Sobrado. — Telefone: 3.627. — Caixa Postal, 377

ANO III

— MAIO/JUNHO DE 1955

— Nº. 31/32

Í N D I C E

	Páginas
DISCURSO DE POSSE do Presidente Rui Gomes de Almeida	2
MISSÃO COMERCIAL BRASILEIRA	8
OBRIGAÇÕES MENS AIS de agosto	10
ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE CLASSE	
Relatório da Associação Comercial de Florianópolis	12
Balanço Geral do período 1953-1955 da A. C. F.	18
SERVIÇOS SOCIAIS E CULTURAIS	
Movimento do SESI em 1954	19
CONSULTAS, PARECERES e DECISÕES	
Repertório Fiscal (Depósito prévio para imposto de consume)	29
JUNTA COMERCIAL	
Contratos	30
ÚLTIMA PÁGINA	
Até quando a COFAP?	32

Com o fim de organizarmos em nossa Redação a Biblioteca e Arquivo, pedimos às Redações que recebem o BOLETIM COMERCIAL E INDUSTRIAL que enviem MAIS UM EXEMPLAR de suas publicações periódicas, além do que habitualmente remetem à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FLORIANÓPOLIS para o fim indicado.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

Discurso pronunciado pelo Sr. Rui Gomes de Almeida no ato de sua posse, em 1º de Junho de 1955, às 17 horas.

DISCURSO DE POSSE

Ao assumir o cargo de Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Federação das Câmaras de Comércio Estrangeiras, sinto que recai sobre os meus ombros uma dupla responsabilidade. É que, além dos árduos encargos que a Presidência destes organismos impõe, sucedo a essa figura invulgar, dotada de qualidades morais e intelectuais as mais altas, que caracterizam os grandes líderes, e que é Carlos Brandão de Oliveira. Estou, portanto, possuído de plena consciência da magnitude dos deveres cujo exercício me foi transferido. Esses deveres são de tal ordem que, não os aceitaria, se não tivesse, de antemão, a certeza de contar com a solidariedade e com o apoio dos meus companheiros, os quais, com a sua experiência, os seus conhecimentos e o seu espírito de luta em prol das causas das classes produtoras, suprirão as minhas carências. Na Presidência, procurarei ser servo fiel da comunhão de ideais que prevalece na Casa de Mauá e que irmana todos os seus componentes numa dinâmica e harmoniosa colméia de trabalhos, pelos interesses gerais da economia do país.

Nos próximos dois anos, teremos de enfrentar os mesmos problemas econômicos com que se defrontou, brava e sabiamente, a gestão anterior. Ao nos batemos pela solução desses problemas, poderá parecer à primeira vista, que, por falta de originalidade, somos repetidores de velhos e gastos refrães, quando, na realidade, a insistência nos mesmos temas decorre do alheamento do mundo político brasileiro aos rumos e caminhos que as classes produtoras teimam em apontar.

Estamos vivendo o momento histórico em que se encerra o ciclo das transformações desencadeadas pela revolução de 30 e um novo deverá ter começo. Graças à perspectiva que nos oferece o decurso do tempo, podemos hoje interpretar o real sentimento político econômico desse período que vem de 30 até nós, e do qual a personalidade marcante foi, sem dúvida, o Presidente Vargas.

Antes de 30, apresentava, ainda, a economia brasileira características nitidamen-

te coloniais e o nacionalismo de Vargas constituiu uma reação no sentido da emancipação econômica brasileira.

A reação contra o colonialismo que caracterizou o período posterior a 30, teve, como é natural a toda reação, os seus exageros, atingindo o seu ponto culminante na solução estatista dada ao problema do petróleo.

As condições nacionais e internacionais, hoje, muito diversas das reinantes em 1930, quando se iniciou essa revolução, exigem dos responsáveis pela direção política de nosso país, uma revisão dos valores ideológicos predominantes nessa época já ultrapassada, a fim de que se tracem as diretrizes ditadas pelos interesses e pelas necessidades gerais.

O país conta, agora, com poderoso parque industrial e um mercado interno muito mais amplo, e não é mais tolerável esse apêgo aos velhos chavões que, décadas atrás, constituíam uma atitude revolucionária. As idéias que envelheceram pelo seu desajustamento às realidades novas, penetraram, entretanto, nas massas, em virtude do longo tempo de sua pregação e de sua prática, tornando-se uma força sentimental e emocional, que o político imediatista explora como alavanca eleitoral, sem a menor consideração pelos reais interesses do povo. Uma vez que seria penoso e arriscado a inovação de métodos e normas que as novas circunstâncias estão a indicar, os nossos dirigentes limitam-se à repetição de fórmulas feitas. A continuidade desse anacronismo significa a estagnação, e mais do que a estagnação, a decadência da vida econômica nacional.

A ironia trágica do momento atual é ver adversários políticos de Vargas levarem às costas o seu legado ideológico, superado pelo dinamismo natural da vida.

Os abencerragens dessa era ultrapassada raciocinam, ainda, como se o Brasil se encontrasse num estágio econômico primário, desconhecendo possuímos unidades federadas como o Distrito Federal e São Paulo, em que o nível de renda "per capita" se equipara ao de países altamente desenvolvidos, como a França e a Bélgica. Os velhos temores colonialistas, que se justificavam em estágio mais recuado de nosso desenvolvimento e face às espó-

liações sucedidas como freqüência em áreas atrasadas, no século passado, continuam apossando-se de nós e impedindo-nos de agir racionalmente, seguindo o exemplo de países adiantados. Essa política nacionalista tem-se caracterizado por concessões iníquas a aventureiros internacionais, que encheram a história da CEXIM, e pelo bloqueamento, muitas vezes total, aos capitais estrangeiros que poderiam destinar-se à infra-estrutura econômica. Essa orientação ainda continua, pois vemos organizações favorecidas com negócios de importação, que representam verdadeiras dádivas principescas, ao mesmo tempo que se impede a empreendedores estrangeiros, idôneos e capazes, colaborarem conosco na produção do petróleo de que necessita o Brasil para sobreviver. Tem-se praticado, assim, duplo atentado contra a fortuna nacional, dando-se de presente a vorazes especuladores de cutras plagas as nossas caras divisas e criando-se obstáculos a que o país produza dentro de suas fronteiras, com a necessária rapidez, sem sacrificar toda uma geração, combustível bastante para que não sucumba de anemia.

A dívida externa se acumula graças a essa política suicida. Todos sabem o sentido que tem uma dívida externa como fator de diminuição da renda nacional, pois enquanto os débitos internos importam em mera transferência de riquezas, sem originar empobrecimento nacional, as divisas que saem para satisfazer os compromissos acumulados, redundam em grave perda de substância para a comunidade brasileira.

Atingimos um clima emocional em que não se quer ouvir a voz dos homens de bom senso; em que o Governo encolhe os ombros e lava as mãos como Pilatos, diante da tragédia nacional, por falta de coragem de assumir uma atitude histórica que só poderia imortalizá-lo diante das gerações vindouras.

O nosso desenvolvimento econômico aumenta cada vez mais o poder aquisitivo das massas e faz crescer as nossas necessidades de matérias primas e de equipamentos, sem que se criem as divisas suficientes a satisfazer as solicitações naturais desse crescimento. As grandes disponibilidades monetárias para consumo e as necessidades crescentes do nosso parque de produção entrecrocavam-se, em acirrada luta, no setor das importações.

Como obter, então, os dólares indispensáveis à construção do grande parque petrolífero de que necessita o Brasil?

POLÍTICA DE PETRÓLEO

É simplesmente ridículo, na altura dos acontecimentos, bloquear o encaminhamento de capitais estrangeiros, através de empresas privadas, para o setor petrolífero, sob alegação de perigo para a soberania nacional, quando outros países, altamente ciosos de sua soberania e de seus direitos, encontraram fórmulas que possibilitam a atuação das empresas particulares, em coexistência ou não com empreendimentos estatais.

A quem quer que possua uma visão geral da história do desenvolvimento do petróleo em todo o mundo, não deixa de impressionar uma constatação fundamental: a de que somente os países que estimularam a iniciativa particular, é que lograram descobri-lo e desenvolver a sua exploração em ritmo satisfatório a atender os reclamos de seu consumo. E o grau do êxito, em que alcançaram o objetivo de bastar-se a si mesmos, em matéria de petróleo, está em relação direta com o grau de estímulo dado às empresas privadas.

Aí estão os Estados Unidos, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e o Equador. Na França e na União Francesa, a partir da Liberação, as dez firmas nacionais dedicadas a exploração petrolífera despenderam já o equivalente a 400 milhões de dólares e, se bem que amplo trabalho de pesquisas hajam efetuado, os resultados foram decepcionantes, visto que a produção alcançada atingiu a apenas 11 mil barris diários, para um consumo da ordem de 360 mil. Foi a mediocridade desses resultados que levou, recentemente, o governo francês a alterar a sua legislação petrolífera, de maneira a atrair o capital estrangeiro e pelas mesmas razões, acaba a Argentina de adotar política semelhante.

E nem se diga que uma política liberal importaria somente em se deixar carrear divisas para o exterior, sob a forma de dividendos. Tais alegações se destruiriam desde logo, bastando lembrar que se uma empresa descobrisse e desenvolvesse a produção interna do petróleo estaria prestando um concurso inestimável à prosperidade da nação, ao criar nova fonte de receita. A maior parte dessa riqueza seria distribuída ao público, sob a forma de abundância de produtos essenciais por menor custo e de salários e ordenados pagos a grande número de brasileiros, que encontraria aplicação remunerativa para o seu esforço em o novo empreendimento.

Além disso, o desenvolvimento da exploração do petróleo significa a economia de disponibilidades cambiais. No caso do

Brasil, a economia seria substancial, de vez que, o aumento no consumo dos combustíveis líquidos em nosso país é dos mais elevados do mundo, dobrando em cada 6 anos. Em 1954, o Brasil despendeu 265 milhões de dólares na importação de produtos petrolíferos e é claro que este valor cambial poderia ser utilizado na aquisição de uma série de outros artigos essenciais, se se produzisse no país petróleo suficiente para as suas necessidades. A esse aspecto se junta ainda o de possibilitar a tão necessária expansão de nossas atividades agrícolas e industriais.

O desenvolvimento da exploração petrolífera, hoje a cargo exclusivo da Petrobrás, ao contrário do que muitos supõem, tornará cada vez maior a demanda de divisas para o seu financiamento. O Canadá, no início da lavra, arcava com uma despesa de um milhão de dólares por mês, e hoje, depois de Leduc, despende, nesse setor, um milhão de dólares por dia. Cada novo lençol petrolífero descoberto demandará maiores gestos em dólar, quando as nossas disponibilidades de divisas não chegam para as necessidades mais prementes, inclusive as de combustíveis, e ainda temos de enfrentar os compromissos astronômicos contraídos com países estrangeiros. As nossas possibilidades de exportação, ou sejam praticamente todas as nossas possibilidades de produzir divisas, estão muito aquém do que precisamos obter para financiar o desenvolvimento da economia brasileira. Por isso, além de procurarmos obter divisas, através da suspensão do bloqueamento de capitais estrangeiros, que possam se destinar aos setores econômicos fundamentais e através do impedimento às especulações que estão desviando os nossos recursos para o exterior, temos de reconhecer que o momento impõe uma política de amplo incentivo às exportações.

POLÍTICA COMERCIAL

É justamente a exigüidade dos nossos recursos para exportação, que torna essa política mais necessária e mais imperativa. Habitados a exportar café e produtos primários, esporadicamente produtos industriais, verdade é que não possuímos o necessário adestramento para atuar adequadamente nos mercados externos, como o fazem, entre nós, os agentes comerciais, particulares ou oficiais, dos países altamente industrializados.

Para que se realize nossa maior projeção comercial no exterior, além do entusiasmo e do trabalho das empresas par-

ticulares, é necessária real colaboração de parte do Governo, principalmente com a abolição de inúteis formalismos e da tendência de serem preferidos os técnicos e os homens experientes, por empistolados e protegidos, ou por burocratas, presos à letra de complicados regulamentos e ceticos, em virtude da própria ineficiência e incapacidade, no tocante a qualquer esforço construtivo.

Trata-se de um programa de ação vital para o futuro do país, que não pode ser comprometido por quaisquer outros fatores que não sejam os diretamente relacionados com a eficiência.

Dada a alta complexidade do problema que depende não apenas das condições internas, mas também das leis e regulamentos de outros países, é mister que se estabeleça uma cooperação perfeita entre governo e particulares, no sentido de que os objetivos formulados sejam atingidos.

Se soubermos incentivar as nossas vendas no exterior, como parte de uma política econômica adequada à continuidade do nosso desenvolvimento, teremos, nos próximos cinco anos, uma alteração apreciável no volume e na composição de nossas exportações. É que já encontramos, hoje, ramos industriais com possibilidades de produzir excedentes e colocá-los no exterior. Evidentemente, uma política de expansão dessas atividades no sentido exportador, dificilmente poderia chegar a resultados fecundos, se fôsse limitada pela contenção da infra-estrutura econômica, decorrente das normas e diretrizes políticas vigentes.

Por outro lado, essa expansão para o exterior deveria fazer parte duma estratégia de política comercial, difícil de estabelecer nas condições presentes, uma vez que a continuidade de um programa fica comprometida por oscilações oriundas da instabilidade política atual. Há mesmo, de início, a dificuldade de elaboração da própria estratégia, que teria de se originar na experiência, na técnica e nos interesses gerais do país, e não em injunções estranhas a esses interesses e em personalismos. Além disso, ela teria de se tornar numa consciência atuante junto às empresas particulares e aos órgãos governamentais, através da qual se plasmaria estreito entrosamento entre as atividades comerciais e as autoridades responsáveis pela condução de nossa política comercial.

POLÍTICA DO CAFÉ

O fato mais grave ocorrido em nos-

so comércio externo, foi a queda das nossas vendas de café, acompanhada de uma penetração mais acentuada dos nossos concorrentes nos mercados externos. Sendo uma mercadoria de alta sensibilidade, a manipulação de sua política exige o tato e a precisão de velhos "connaisseurs", podendo qualquer erro de cálculo redundar em graves prejuízos para o país. A influência que tem esse produto nos custos agrícolas e, através destes, nos custos em geral, e a sua predominância sobre a direção do nosso comércio exterior, dão aos encarregados da sua política as mais graves responsabilidades pelas consequências que os seus acertos e os seus erros poderão ter sobre a vida do país.

A formulação dessa política exige a dosagem adequada, na combinação dos fatores que atuam a curto e a longo prazo. A história econômica desse produto nos dá bem a visão dos fatores a longo prazo e nos explica porque continuamos praticamente estacionários nos mercados externos, enquanto os nossos concorrentes se têm tornado cada vez mais numerosos e têm ampliado a sua área de domínio. Se é nessa história que deveremos procurar os elementos para elaborar a estratégia do café, as táticas que tiverem de compor essa estratégia exigem o conhecimento das mutações não apenas quotidianas, mas digamos de hora em hora, que esse sensível produto poderá apresentar, a fim de que não fiquemos atrás em relação a competidores mais ágeis.

Estamos hoje assistindo às consequências de um jogo de política econômica que procurou obter o máximo de divisas através do café, sem levar em conta os limites impostos pela economia desse produto. Em junho de 1954, sentimos que estavam sendo violadas as barreiras naturais da economia do café, que não poderiam ser impunemente transpostas. A fixação, àquela época, do preço mínimo de 57 cents por libra, foi sem dúvida um erro inexplicável e injustificável. Fomos, então, uma voz isolada e discordante. O resultado aí está: exportamos em 1954 menos cerca de 4 milhões de sacas que em 1953, ou seja uma perda de divisas que, à cotação de hoje, está em torno de 250 milhões de dólares. Tais desajustamentos, aliados a uma política cafeeira e cambial inadequadas, impedem o nosso comércio exportador de café de recuperar a posição perdida e os quadros estatísticos continuam a indicar queda, isto é, nos primeiros 4 meses deste ano de 55, exportamos menos que em igual período de 1954, 1 milhão e duzentas mil sacas, equivalentes

a 70 milhões de dólares. Daí a necessidade de se mobilizarem os valores nacionais, a fim de que opinem sobre os rumos a seguir, de vez que, o que aí está, está totalmente errado.

Se o governo quer mostrar-se à altura de suas responsabilidades, terá de basear a política do café na experiência dos homens de empresa do ramo e nos conhecimentos dos especialistas dessa economia, sem se deixar conduzir por estrategistas de gabinetes ou se deixar influenciar por injunções de interesses pessoais ou de grupos isolados.

O café deve integrar-se numa política comercial, sem que as diretrizes desta última se transformem em seu leito de Procusto.

NOVOS RUMOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR

Continuamos à procura de rumos, no tocante às nossas relações econômicas externas. Reconhecemos que o regime atual de ágios, iniciado pelo Ministro Osvaldo Aranha constituiu real melhoria em relação ao sistema da CEXIM e seus escândalos. Embora o sistema de ágios, de controle indireto, dificulte, mais que a antiga CEXIM, as manipulações corruptoras a verdade é que floresce em torno do atual regime, uma indústria cambial ilícita, sob as mais diversas formas como operações triangulares e as práticas do "under-price" ou do "over-price".

Uma flora viciosa desenvolve-se em torno do sistema que, por outro lado, não serve, satisfatoriamente, a uma política de incentivo às exportações.

A situação atual exige, portanto, um exame imediato do sistema e de seu funcionamento para que em seu lugar se erija um mecanismo mais satisfatório às necessidades de nossa economia interna e de nosso comércio internacional.

São vários os caminhos que o Governo pode utilizar, como o das sobretaxas ou o da reforma aduaneira, para enfrentar a situação desordenada de nosso comércio exterior. Se a conjuntura atual impede que se alcance, de um só golpe, uma solução definitiva, tem faltado, por outro lado, de parte do Governo, espírito de decisão para uma atuação eficiente, que permita chegar a essa solução. Quaisquer que sejam as formas adotadas, o seu mérito dependerá do grau em que forem atingidas as seguintes finalidades:

1) Adotar uma política cambial que desestimule o desvio de divisas, através das práticas do "over-price" ou "under-

price', de operações triangulares, importações ou exportações dissimuladas e possibilite a restauração no país do clima em que naturalmente se desenvolve o comércio organizado e honesto;

2) assegurar o desenvolvimento da economia nacional, protegendo, portanto, a nossa indústria;

3) incentivar ao máximo possível as exportações, assegurando ao comércio, sobretudo cafeeiro, a imprescindível mobilidade, sem a qual êle não poderá recuperar o terreno perdido, nem mesmo manter a atual posição brasileira nas estatísticas mundiais.

Uma política de câmbio que obedeça a essas diretrizes deve aliar-se a uma assistência creditícia, prática e eficiente, às atividades agropecuárias.

INTERVENCIONISMO ESTATAL

Outro "front" no qual deveremos continuar atentos é aquêle de nossa luta contra a estatização crescente. Conheceis muito bem os sintomas dêsse mal: aumento de impostos; crescimento da máquina burocrática; aumento de despesas públicas ou, o seu equivalente prático, a aplicação anti-econômica dos dinheiros públicos; dificuldades à iniciativa privada, com capitais nacionais ou estrangeiros, para penetrar em determinados setores e atividades; demagogia trabalhista à custa da desorganização da produção e distribuição de bens e serviços; atuação perturbadora crescente da COFAP, das COAPS e COMAPS na distribuição da já precária produção nacional.

O projetado aumento de impostos, através da tributação de lucros extraordinários, deve ser duramente combatido, não só em virtude dos prejuízos que ocasionará às médias e pequenas emprêsas, mas também pelas dificuldades que criará à melhoria do nível técnico da produção.

As pequenas emprêsas, de recursos materiais muito escassos e tão numerosas no país, obtêm seus rendimentos, predominantemente, da habilidade e do trabalho de seus donos, de modo que a fixação de relações entre capital e taxa de lucros, para efeito de tributação, cria para elas, situação altamente desvantajosa, além de socialmente injusta.

Por outro lado, as organizações prestadoras de serviços de alto nível técnico, cujos resultados financeiros dependem substancialmente, dos conhecimentos especializados dos seus componentes, sendo de pouca importância a função relativa de

seu capital, serão prejudicadas na razão direta de sua eficiência. Essa tributação constituiria, assim, poderoso desestimulante à melhoria da produtividade.

Em tôda a história desta Casa, os altos interesses sociais nunca foram soto-postos a interesses de indivíduos ou de grupos. Sempre mantivemos a preocupação constante da melhoria do padrão de vida do povo, o que é único e verdadeiro estalão da fortuna de um país. O comércio se expande quando êsse padrão se eleva e regride quando êsse padrão decai.

Temos, entretanto, a convicção de que o único meio honesto de melhorar o padrão de vida é o de aumentar a produção e a distribuição de bens e serviços e, por isso, esta Casa, nas ocasiões oportunas, tem indicado ao Governo as medidas destinadas a ampliá-las. Só assim poderão ser melhorados os salários reais e só assim poderão ser minorados os sofrimentos que hoje batem à porta de muitos de nossos patrícios.

SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL

Não nos é ilícito calar uma justa apreensão, em face da marcha dos acontecimentos políticos nacionais. Sem se imiscuirmos as Associações Comerciais do Brasil no campo da política partidária, a omissão de seus dirigentes, entretanto, na grave conjuntura que atravessa o país, seria uma fuga à alta responsabilidade que lhes cabe, além de representar um desserviço à nação, que, na hora presente, reclama a participação de todos no equacionamento dos problemas em evidência, com serenidade e desprendimento. A situação geral do país impõe fórmulas que somem e aglutinem, mas o que se observa é um inexplicável divisionismo de elementos e o acirramento cada vez maior das paixões que dominam os espíritos.

Sem a ajuda e sem a experiência das classes conservadoras, cujo pensamento refletimos, ser-nos-ia impossível sair do caos financeiro em que nos encontramos. Quebram-se os nossos esforços, reduzem-se as nossas possibilidades no campo econômico, diante da incompreensão e da balbúrdia reinantes no setor político.

Enquanto os homens de partido se transviam no entrechoque dos seus interesses, processam-se no âmbito econômico fenômenos de tal gravidade, que podem determinar modificações imprevisíveis na ordem política, pelo agravamento da questão social.

Os grandes problemas nacionais aí estão à espera de soluções justas e patrióti-

cas. Tôda a nossa capacidade de produzir divisas está muito aquém das necessidades ditadas pela importação e por compromissos de natureza vária. Precisamos unir todos os nossos esforços para equilibrar as necessidades com as possibilidades, sem conseqüências prejudiciais ao desenvolvimento da economia nacional.

Em tal situação, enquanto se nos impõe a idéia de somar esforços e se nos evidencia a necessidade de severas restrições verificam-se, na órbita político-partidária, divisões e subdivisões inteiramente desarrazoadas.

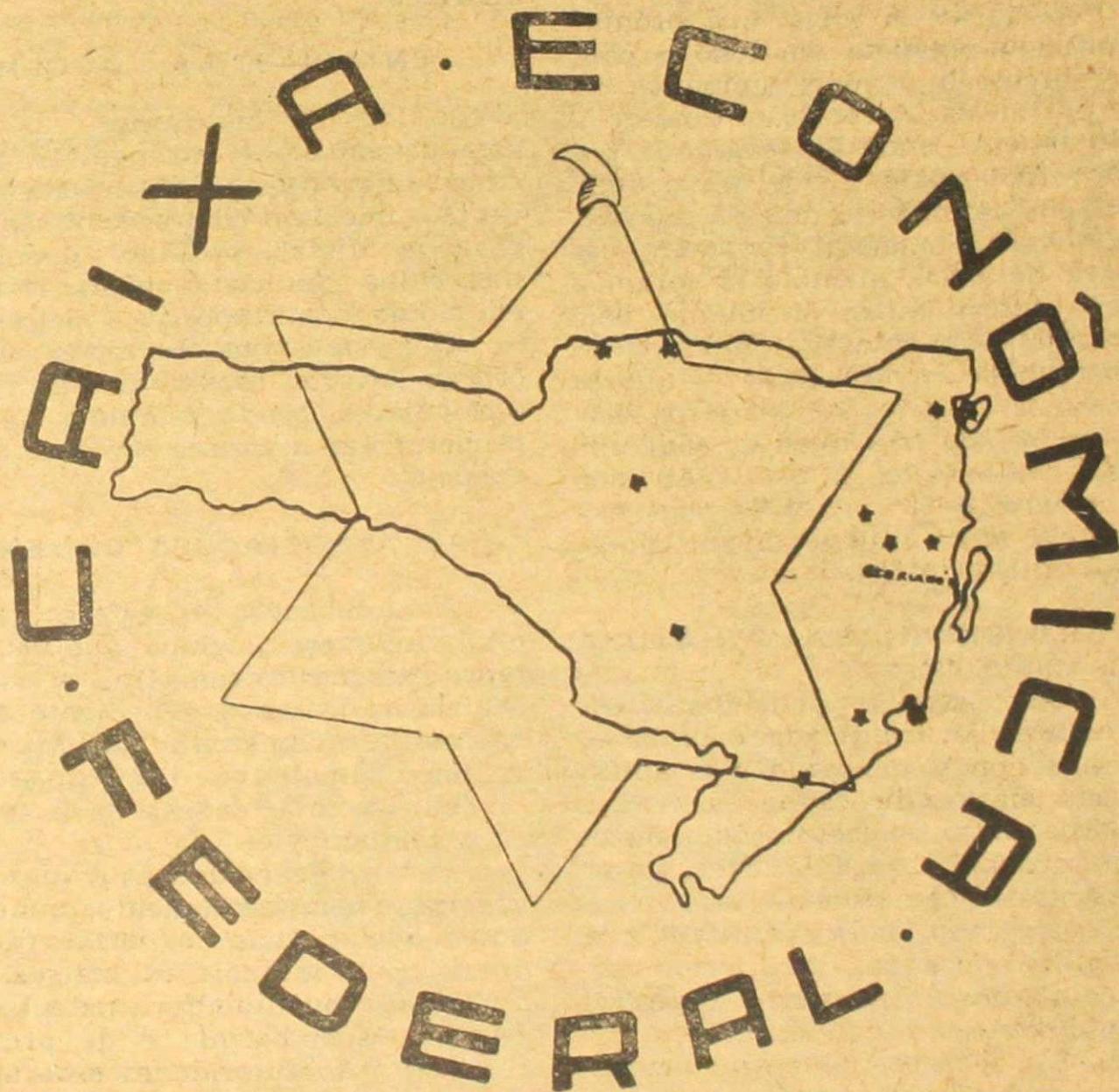
O alheamento dos nossos políticos no tocante às grandes questões econômicas, motivado pela paixão partidária e pelo eleitoralismo imediatista, leva-nos a dizer-lhes de nossas apreensões e pedir-lhes que reflitam nesta verdade simples e incontestável: ao lado do problema político, muitos outros existem, e dentre êles avulta o econômico-financeiro, que não deve nem pode ser esquecido sem graves riscos para a nação. E desta, nós, classes

produtoras, somos também parte viva e atuante.

Sinto-me desvanecido por ter como companheiros, nesta gestão, uma pleiade de homens ilustres, aos quais deve o país assinalados serviços, seja na indústria, seja no comércio, seja na alta administração pública.

Sentinela insone das classes produtoras, com uma existência mais que secular, marcada por atitudes corajosas e independentes, a Associação Comercial coloca, sobre os ombros dos diretores e conselheiros eleitos, o árduo encargo de manterem as suas caras tradições. É com humildade que recebo intacta das mãos impolutas de Carlos Brandão de Oliveira essa bandeira moral.

Não me é possível, através de palavras, dar a Carlos Brandão de Oliveira a medida da gratidão do comércio, pelo empenho, pelos esforços e pelos sacrifícios a que se submeteu em sua defesa e na das grandes causas da economia do país.



MISSÃO COMERCIAL BRASILEIRA

LANÇA-SE O BRASIL A PROCURA DE MERCADOS

VISANDO VENDER MAIS E COLOCAR NOVOS PRODUTOS SEGUIRA DENTRO EM BREVE PARA A EUROPA UMA MISSÃO COMERCIAL BRASILEIRA.

INICIATIVA EXCLUSIVAMENTE PRIVADA, NÃO TENDO NENHUMA LIGAÇÃO COM O GOVERNO.

A situação econômica-financeira, de suma gravidade, a que chegou o Brasil, ocasionada por vários fatores, inclusive a queda do comércio de exportação, despertou nas classes produtoras enérgica reação, levando-as a tomar posição em face do problema.

Entre as medidas de ordem prática tomadas pelos altos círculos do comércio brasileiro, figura, como das mais oportunas e importantes, o envio de uma missão comercial ao exterior, com o objetivo de oferecer e colocar à venda, nos países da Europa, todos os nossos produtos que possam ser exportação. A idéia, que prontamente angariou prestígio em todo o país, e com repercussão a mais simpática no exterior, partiu da Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde foi levantada por um dos diretores da entidade, o sr. Júlio Poetzcher, em outubro do ano passado.

A "Missão Comercial Brasileira" se diferenciará de todas quantas já foram a Europa e a outras partes do mundo, pelo seu caráter estritamente particular. Integrada somente de comerciantes — que se intitularão a si próprios de caixeiros viajantes — a Missão não quer do Governo senão boa-vontade, e só isso, pois cada um dos comerciantes viajará às suas expensas, isto é, sem despesa de um centavo para os cofres do Estado.

LEVARÁ UM BRASIL EM MINIATURA

A Missão deverá partir dentro de breves dias. E levará consigo um "dossier" completo de tudo aquilo que o nosso país está em condições de exportar. Como bem acentuou, recentemente o seu inspirador, senhor Júlio Poetzcher, "além dos produtos tradicionais exportação (café, cacau, algodão), outros existem que, embora tenham mercado, não foram feitas sequer tentativas quanto a vendas, mas reconhecemos que, em face da excelência da mão de obra e da quantidade dos produtos em si, encontrarão boa acei-

tação nos mercados internacionais. Juntamente com o arroz, a soja e outros produtos agrícolas de exportação previsível procuraremos oferecer tudo quanto tenha viabilidade de colocação, como por exemplo, calçados tecidos, especialidades farmacêuticas e outras".

INDAGANDO DO ESTRANGEIRO

A Missão está sendo organizada, com o maior senso prático.

A todas as Embaixadas, Legações, Consulados e Câmaras de Comércio estrangeiro, acreditados em nosso país, os organizadores da Missão enviaram expediente, tratando do assunto, e solicitando resposta para os seguintes quesitos: a) Quais as firmas, no exterior, interessadas na compra de produtos brasileiros b) — Quais as facilidades com que a Missão Comercial Brasileira poderá contar, no país de sua representação, por ocasião de sua chegada ao mesmo c) — Quais os artigos, suas qualidades e quantidades requeridas?

ENTUSIASMADA ACOLHIDA

Tão logo se inteiraram da iniciativa, as representações estrangeiras, no Rio de Janeiro, se puseram em ação, entrando em contato imediato com a comissão organizadora da Missão, pedindo maiores detalhes e lhes oferecendo todas as facilidades em nome dos respectivos países.

O mesmo vem ocorrendo com relação ao governo brasileiro e a organizações particulares, sendo unânime o desejo de proporcionar à Missão todas as facilidades e apoio.

AS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS

A mobilização de esforços está sendo total. Ao mesmo tempo que se dirigia às representações estrangeiras, a comissão organizadora enviava expediente a todas as Associações Comerciais do país, tornando-as par da iniciativa, dizendo ser indispensável o apoio e cada uma e lhes pedindo o seguinte:

a) — indicar quais as firmas interessadas nesse empreendimento; quais os produtos que desejam exportar de imediato ou de futuro; quais os artigos; quais as qualidades; quantidades existentes; possibilidades de embarque e de preço; b) — comunicar às autoridades estaduais e municipais essa iniciativa, obtendo o apoio

dessas autoridades, da mesma forma como já se tem assegurado o das autoridades federais do Rio de Janeiro; c) comunicar à Associação Comercial do Rio de Janeiro quais os impecilhos eventualmente existentes na exportação e para o incremento desta; d) — trazer uma colaboração, por meio de idéias e sugestões concretas, objetivando o melhor aperfeiçoamento do trabalho.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

A Comissão Organizadora da Missão Comercial Brasileira é composta dos seguintes membros; todos diretores da Associação Comercial do Rio de Janeiro: srs. Achilles Gomes de Almeida (secretário geral); Júlio Poetzcher (autor da idéia da Missão); Ciriaco José Luis; Eduardo Schmidt Mendes; Alvaro Castelo Branco; Nilo Sevalho; Mariano Soares e Amilcar Cropalato.

A indústria brasileira ainda se utiliza com grande parcimônia de força mecânica. Uma boa parte da nossa produção manufatureira se apoia, como é sabido, na força animal, e se aproveita de 'engenhos' rudimentares e obsoletos. Temos um número considerável de estabelecimentos industriais em atividade (indústrias de transformação) — 78.434 segundo o Censo Industrial de 1950 — mas só dispomos de 2.424 mil cavalos-vapor para acioná-los, o que dá, em média, apenas 30,9 c.v por unidade fabril.

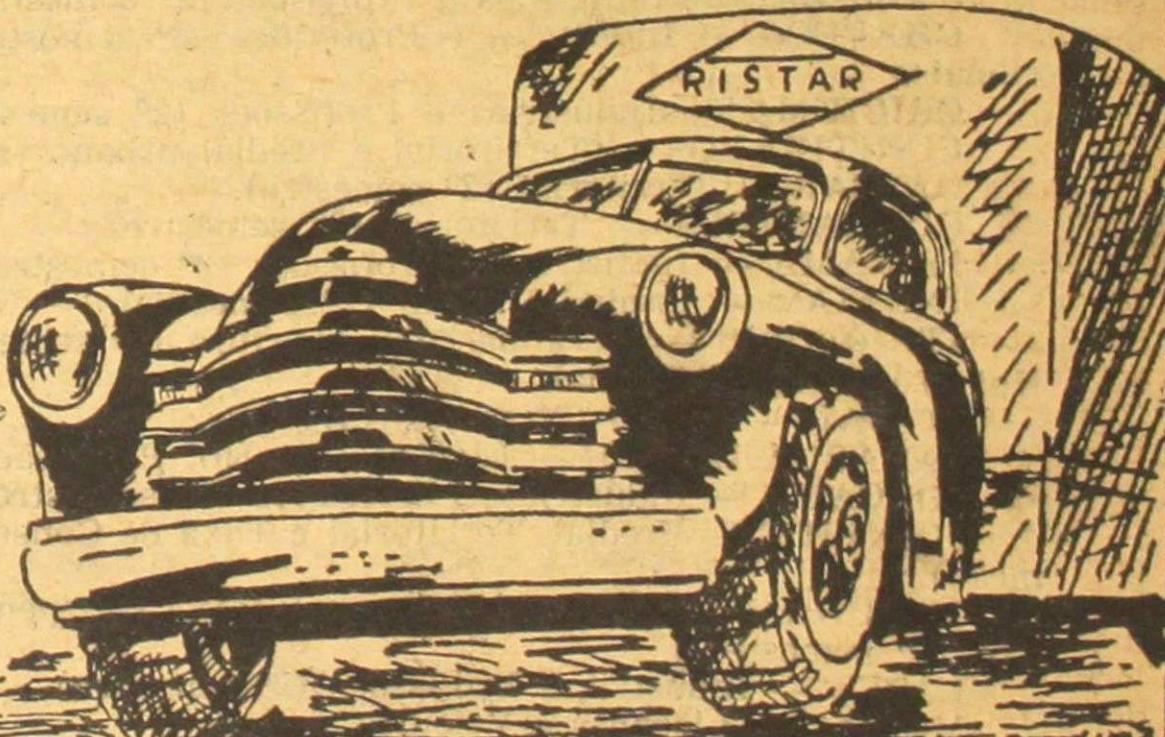
Em comparação com as condições da indústria de países como o Canadá, a Finlândia, os Estados Unidos, a média brasileira de força-motriz, por unidade industrial, é insignificante. Dados recentes, divulgados pelo "Anuário Estatístico" da ONU, revelam por exemplo que, em média, no Canadá cada estabelecimento manufatureiro contava 235,2 cavalos, no ano de 1948. Na Finlândia (1950), a força disponível por fábrica elevava-se a 261,7 cavalos. Nos Estados Unidos, a 273,9 cavalos, tomando por referência o ano de 1939, à falta de informações mais atualizadas.

Na América Latina, entretanto, a posição da indústria de transformação brasileira é lisongeira. Basta dizer que, na Argentina, a média de força-motriz por estabelecimento industrial cifrava-se (1946) em 20,2 cavalos-vapor. E a Argentina é uma das mais adiantadas potências industriais latino-americanas. Os dados internacionais que se confrontam, convém esclarecer, não são rigorosamente comparáveis, uma vez que o âmbito das investigações estatísticas pode variar de país para país.

Transporte **Ristar S.A.**

SEGURANÇA RAPIDEZ

R. G. do Sul
Sta. Catarina
Paraná
São Paulo
Rio de Janeiro
Bahia
Pernambuco
R. G. do Norte
Ceará



Editais, Avisos e Instruções

OBRIGAÇÕES MENSAIS

AGOSTO

O mês termina numa quarta feira. Não há feriados.

ALFANDEGA — Quota devida do Impôsto de Renda.

MINISTÉRIO DO TRABALHO — Nada.

COLETORIA ESTADUAL — Nada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS — Nada.

IAPC, IAPTEC, IAPI, IAPB, IAPM, CAPFESP — Até o último dia do mês, o recolhimento das contribuições legais.

REGISTRO DE VENDAS À VISTA — Deverá ser feito pela forma que se segue:

- a) até o dia 15, a relativa à segunda quinzena de julho;
- b) até o dia 31, a relativa à primeira quinzena de agosto.

MUNICÍPIOS DO INTERIOR

Os municípios desmembrados conservam a época do pagamento de impostos do município de origem.

ARARANGUÁ — Indústrias e Profissões (2º semestre).

BIGUAÇU — Territorial e Predial.

BLUMENAU — Territorial (ano inteiro).

BRUSQUE — Exploração Agrícola e Industrial (pagamento único); Predial (2º semestre); Taxas de limpeza pública e irrigação (2º semestre).

CAÇADOR — Indústria e Profissões (2º semestre).

CAMBORIÚ — Indústria e Profissões (2º semestre).

CAMPOS NOVOS — Taxa de melhoramentos.

CANOINHAS — Taxa de conservação de estradas (2º semestre).

CAPINZAL — Indústrias e Profissões (2º semestre).

CHAPECÓ — Indústrias e Profissões (2º semestre); taxa para fins educacionais.

CRICIUMA — Indústrias e Profissões (2º semestre).

CURITIBANOS — Territorial e Predial urbano (segunda prestação).

GASPAR — Territorial (2º semestre).

GUARAMIRIM — Territorial (2º semestre).

IBIRAMA — Indústrias e Profissões (2º semestre).

INDAIAL — Predial Urbano (2º semestre).

ITAIÓPOLIS — Revalidação e Abertura (2º semestre); Veículos (2º semestre); Territorial e Predial.

ITAJAÍ — Predial (2º semestre).

JARAGUÁ DO SUL — Licença (art. 89); Produção Agrícola (art. 81).

JOAÇABA — Indústrias e Profissões (2º semestre).

JOINVILE — Predial, Territorial e Taxa de Conservação de Ruas (2a. prestação).

LAGUNA — Predial (2º semestre); Taxa de "penas d'água" e remoção de lixo (2º semestre).

LAJES — Indústria e Profissões (2º semestre).

MAFRA — Licenças e Veículos.

ORLEÃES — Indústria e Profissão (2º semestre).

PALHOÇA — Exploração Agrícola e Industrial.

PIRATUBA — Agropecuário e Industrial (2º semestre).

PÓRTO BELO — Indústria e Profissão (2º semestre).

RIO DO SUL — Licença sobre gado abatido.

RODEIO — Licença de veículos a motor e Indústria e Profissões (3º trimestre).

SÃO BENTO DO SUL — Territorial Urbano e Aforamento de Terrenos.

SÃO FRANCISCO DO SUL — Predial (3º trimestre); Taxa de Remoção do Lixo (3º trimestre).

SÃO JOAQUIM — Indústrias e Profissões (2º semestre).

SÃO JOSÉ — Indústrias e Profissões (2º semestre).

TAIÓ — Indústrias e Profissões (2º semestre).

TANGARÁ — Predial (2º semestre); Limpeza Pública (ano todo).

TURVO — Indústrias e Profissões (2º semestre).

URUSSANGA — Indústrias e Profissões (2º semestre).

VIDEIRA — Impôsto Predial (2º semestre).

DR. JOÃO BATISTA BONASSIS

Advocacia em geral

Escritório: Rua Deodoro, 9

Florianópolis — Sta. Catarina

Entre o Banco e o pé de meia prefira o Banco;

e, quando se decidir pelo Banco, PREFIRA O I N C O !

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A.

Fundado em 23-2-1935

Capital e reservas Cr\$ 80.000.000,00

Agências nas principais praças de

SANTA CATARINA, em CURITIBA e no RIO DE JANEIRO

Atividades dos Órgãos de Classe

Associação Comercial de Florianópolis

RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL DE 13 DE MAIO DE 1955
PELO PRESIDENTE

CHARLES EDGAR MORITZ

Senhores Associados:

Mais uma vez me cabe a honra de relatar as atividades de nossa Associação, órgão dos homens de empresa, sempre atenta a tudo que diga respeito à produção e circulação das riquezas em nosso Estado. Não obstante ser um Relatório uma exposição de rotina, o observador dos fenômenos econômicos notará que ele espelha a união dos homens do comércio, sempre dispostos a promover medidas capazes de libertar a produção entravada, de acelerar as trocas, de intensificar o progresso.

Iniciarei esta exposição agradecendo a meus companheiros a assiduidade com que, durante o período que hoje se finda, compareceram a esta Casa, trazendo sua valiosíssima contribuição de estudiosos ou de pessoas dotadas do senso da realidade; sem os conselhos, a opinião, o alvitre, o conhecimento das causas, a vontade de acertar demonstrada pelos ilustres colegas, a tarefa desta Presidência teria sido um trabalho de Sísifo.

Reeleita a Diretoria e reeleitas as Comissões, é de se renovar aos associados o propósito de continuarmos a agir em prol do bem comum. Gratos à distinção com que fomos honorificados, fazemos empenho de proclamar que, se nos envaidece a expressiva demonstração de confiança, não dormiremos sobre os louros, dispostos a tudo fazer em benefício da classe.

ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO

Ano de 1953

MAIO

REEXPORTAÇÃO DO CAFÉ — A Associação interveio junto aos jornais do Rio e São Paulo esclarecendo não haver fundamento na divulgação de que em Santa Catarina se efetuava transbordo em alto mar para fraudar direitos de exportação de café destinado aos Estados Unidos. As retificações procedidas salientaram a autoridade desta Associação no aclarar o assunto.

QUOTA DE TRATORES — Praticando a defesa de nosso Estado, cujo regime é o de policultura, a Associação solicitou o acréscimo da quota de tratores, conseguindo a melhoria quantitativa da que fôra primitivamente fixada.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO — Os associados João J. Mussi e Manuel Donato da Luz foram designados para representar a Associação na Comissão, para opinarem sobre o planejamento da zona comercial, vias de transporte etc. Os mesmos tomaram posse do cargo de membros da importante Comissão junto ao Governo Municipal.

JUNHO

AJUSTES COMERCIAIS — Em sintonia com a Federação do Comércio, a Associação promoveu em sua sede social uma reunião de exportadores e importadores interessados em óleo de sassafrás, café, couros, fumo, madeiras e fécula de mandioca. Estudou-se também a situação da crina vegetal no acôrdo com a Jugoslávia, e a situação do mate em diversos mercados.

JULHO

DRAGAGEM DO PÔRTO — Viram-se coroadas de êxito as demarches da Associação no sentido de ser dado início á dragagem do pôrto de Florianópolis.

SETEMBRO

COMÉRCIO VERSUS COAP — Bloqueando a famosa Portaria 19, a Associação pronunciou-se veemente junto à COAP, que tabelara gêneros em escassez.

DIVISIONARIOS — A Associação obteve suprimento de moeda divisionária para o comércio local, contra depósito de importâncias correspondentes ao trôco, por parte dos associados.

OUTUBRO

REUNIÃO NO ITAMARATI — A Associação esteve representada por seu Presidente a uma reunião que versou sôbre os acôrdos comerciais. Naquela oportunidade demos a sugestão de que os órgãos de classe deveriam ser prèviamente ouvidos, de vez que ninguém sabe quanto comprou e quanto deveria ainda comprar nem quanto poderia ainda vender aos países signatários de acôrdos.

COLIS POSTEAUX — Dirigiu-se a Associação ao senhor Inspetor da Alfândega de Florianópolis, propondo medidas capazes de resolver os entraves que aquêle serviço vinha sentindo.

NOVEMBRO

AUMENTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES — Contra o decantado "empréstimo compulsório de 20% sôbre Vendas e Consignações a Associação Comercial uniu seu protesto ao dos demais órgãos, discordando e condenando qualquer movimento no sentido da majoração daquele impôsto, fôsse qual fôsse o fim a que se destinava, em plena conformidade com o que fôra decidido na Conferência de Blumenau.

COMÉRCIO COM A ARGENTINA — Compareceu a uma reunião na Associação Comercial o senhor CÂNDIDO I. PÔRTO, do Comércio argentino, havendo sido examinada a situação do comércio de madeira. A visita de intercâmbio foi muito apreciada.

DEZEMBRO

ESTATUTOS SOCIAIS — Foram reformados os Estatutos sociais, adaptados à crescente necessidade de modernização dos serviços e da defesa da classe.

Ano de 1954

JANEIRO

HOMENAGEM — Por ocasião da assinatura do contrato de construção do novo prédio da filial do Banco Nacional do Comércio, a Associação promoveu uma homenagem ao dr. Paulo Franco dos Reis, realizando-se um jantar no Lira Tênis Clube.

RÁDIO INTERNACIONAL — A Associação, coadjuvada por outros órgãos representativos, promoveu entendimentos para a rápida instalação da Rádio Internacional em Florianópolis.

SALÁRIO MÍNIMO — Graças a estudos realizados com a cooperação da Associação Comercial o salário mínimo foi fixado em Cr\$ 1.050,00, quando os órgãos técnicos do Ministério do Trabalho o postulavam em Cr\$ 1.260,00.

LISTAS CAMBIAIS — Promoveu a Associação uma reunião para discussão dos produtos que deveriam ser removidos de uma para outra categoria, verificando quais os de consumo eminentemente popular.

EXPORTAÇÃO DE ARROZ E BANHA — O Presidente da Associação Comercial acompanhou ao Palácio diversos exportadores desses produtos do Vale do Itajaí, encarecendo medidas que se faziam necessárias.

FEVEREIRO

PRESIDENTE DA COAP — O dr. Apollonio Theophilo Bouret, Presidente da Coap, visitou a Associação Comercial. Saudado pelo senhor Charles Edgar Moritz, referiu-se ao nosso presidente "à espinhosa e ingrata atribuição cometida ao ilustre visitante, qual seja a de presidir o órgão controlador dos preços e do abastecimento". Frisou-se na ocasião que a cooperação das Classes Produtoras não tem sido bem acolhida pelo Govêrno que tem descarregado verdadeira onda de aumento de impostos e taxas, arrecadando o que pode de tudo e de todos.

SEGURO DE VIDA EM GRUPO — Entra a Associação Comercial em entendimentos com a Companhia de Seguros Minas Brasil para estudo da possibilidade de um seguro coletivo.

MARÇO

TARIFA DE SEGUROS — Movimenta-se a Associação para obter a classificação de Florianópolis em categoria que melhor condiga com sua capacidade de domínio de sinistros. Dispondo de excelente Corpo de Bombeiros, de rede elétrica renovada e constantemente vistoriada, Florianópolis não é campo para sinistros e merece melhor classificação, pois menor é o risco e destarte menores devem ser também as taxas. Com tal argumentação, aguardam-se as providências oficiais.

CARNAVAL — A Associação felicitou as entidades promotoras dos desfiles de cargos alegóricos e de mutação pelo êxito com que vêm despertando para nossa terra as atenções do país e até mesmo do estrangeiro.

ABRIL

COMÉRCIO DE MADEIRAS — Estuda-se a proposição da Câmara Brasileira de Assuntos Econômicos na Grã Bretanha, interessada em resolver o problema de embarques de madeira do Brasil. O problema prende-se, segundo opinam os interessados, ao péssimo estado das estradas catarinenses.

IMPÔSTO DE RENDA — A Delegacia Regional do Impôsto de Renda, a pedido da Associação, coloca um funcionário à disposição dos comerciantes na sede social.

ALFÂNDEGA — A deficiência de funcionários para atender ao volume de serviços na Alfândega local e a necessidade de se apressar a criação da Alfândega de Itajaí leva a Associação a dirigir-se aos Poderes competentes neste sentido.

MAIO

CONSELHO ESTADUAL DE CONTRIBUINTES — A Associação estuda a possibilidade da criação de um Conselho afim de que a ação dos fiscais não seja arbitrária, firmando-se jurisprudência, de vez que o processo de julgamento dos recursos não se reveste de fundo e forma democrática.

JUNHO

A MADEIRA E OS TRANSPORTES — Ante a péssima situação das estradas, um grupo de madeireiros procurou a Associação Comercial para que a mesma fôsse portadora de um caloroso apêlo ao Governo do Estado.

BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS — Os instaladores das Agências catarinenses dêsse Banco visitaram a Diretoria, em reunião ordinária, expondo os projetos de estabelecimento de rede de Agências em Santa Catarina.

DR. BRASÍLIO MACHADO NETO — A vista do ilustre líder do Comércio a Santa Catarina ensejou que a Associação Comercial manifestasse ao grande homem público suas homenagens e agradecimentos pela interferência junto aos Poderes Constituidos, na qualidade de Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

JULHO

DECRETO 630 — A Associação promoveu uma série de reuniões das firmas interessadas e, finalmente, Mesa Redonda com a fiscalização da Fazenda, para estudo do Decreto 630, que foi, finalmente revogado por sua inexecuibilidade.

DIVISIONÁRIOS — Mais uma vez consegue a Associação Comercial trôco para o comércio, fazendo-se coleta de Cr\$ 113.000,00.

DIA DO COMERCIANTE — É solenizado com um jantar íntimo o dia 16 de Julho, já na vigência da Lei 2.048, de 26 de outubro de 1953.

AGOSTO

TAPIOCA — Tomam-se providências para a inclusão da tapioca nas listas de exportação de produtos brasileiros destinados ao comércio internacional. A grave omissão suscita uma onda de protestos.

FORNECIMENTO DE ENERGIA — Sem aviso-prêvio vem sendo tirado o fornecimento de energia nas horas mais necessárias. A Associação intervém junto a quem de direito, para se normalizar a situação.

REGULAMENTO DO CAFÉ — A Associação reúne os torrefatores que se inteiram do projeto de regulamento e apresentam sugestões: trata-se de regulamentar a moagem e venda do café em todo o Brasil.

SUICÍDIO DO PRESIDENTE VARGAS — A Associação dirigiu apêlo ao comércio para cerramento das portas, não se havendo verificado nenhuma anormalidade.

SETEMBRO

PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS LUCROS DAS EMPRESAS — A Associação dirigiu-se ao Presidente da República e ao Senado relativamente à inoportunidade do apressamento da votação do projeto ementado.

OUTUBRO

FÉCULA DE MANDIOCA — O senhor Presidente, na Capital da República, participa de reunião para resolver o caso da fécula de mandioca, cuja exportação estava entravada num montante de dezoito mil toneladas.

NOVEMBRO

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO — É empossado no cargo de 2º Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio o senhor Charles Edgar Moritz, Presidente da Associação Comercial.

LOIDE AÉREO NACIONAL — Havendo essa Empresa suprimido a escala por Florianópolis, a Associação manifestou-se a respeito, havendo recebido a promessa de exame do assunto para possível reinício da linha aérea nesta capital.

DEZEMBRO

BANHA PARA A COFAP — Os comerciantes catarinenses, respondendo à consulta da Associação, desinteressam-se de fornecer banha à COFAP.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Por ocasião da visita do Dr. João Café Filho a Santa Catarina a Associação Comercial participou dos atos e homenagens prestadas ao ilustre visitante.

Ano de 1955

JANEIRO

REVISÃO DE IMPOSTOS — Interfere a Associação no sentido de que seja feita a revisão do lançamento de indústrias e profissões em base moderada, encaminhando as solicitações dos associados que a ela recorreram.

INDÚSTRIAS EUROPÉIAS — A Associação recebe a visita do engenheiro Augusto Bellardelli que se dirige à Europa para promover a vinda de indústrias européias, sem concorrência com as já existentes no País.

FEVEREIRO

HORÁRIO DO COMÉRCIO — De contínuo chegam reclamações a este respeito. Empenha-se a Associação em fazer cumprir as posturas municipais e dirige-se à Prefeitura neste sentido.

CARNAVAL — Associação designa o sr. Admar Gonzaga como seu representante na Comissão Julgadora dos desfiles. São louvadas as Sociedades que promoveram apresentação de carros alegóricos e de mutação.

MARÇO

DRAGAGEM DO PÔRTO — A Associação Comercial dirige-se aos Poderes Públicos no sentido de se não interromper a dragagem do pôrto de Florianópolis. Por falta de suprimentos, os serviços feitos correm risco de ficarem inutilizados.

CÔNSUL DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA — Participa a Associação do encontro com o dr. Helmut Braunert e sua comitiva, tratando de assuntos ligados ao comércio dos dois Países.

APOSENTADORIA DE CONTRIBUINTES DOS INSTITUTOS — O projeto 1.146 foi rejeitado na Câmara. A Associação passa a apoiar um novo projeto em que são sanados os defeitos que apresentava o primeiro. Luta-se por uma merecida aposentadoria do comerciante aos 30 anos de serviços.

ABRIL

RACIONAMENTO DE LUZ — Com o acidente sofrido num transformador, a cidade é submetida a regimen de racionamento. A Associação obtem que o centro comercial não sofra os danosos efeitos desse racionamento.

COMÉRCIO CLANDESTINO — Promovem-se medidas alertadoras do público no sentido de se coibir o comércio clandestino que está grassando como uma epidemia em Florianópolis.

* * *

Não constam dêste resumido apanhado das principais atividades de defesa de classe as constantes e variadas soluções dadas aos inúmeros pedidos de asso-

ciados, ora em contenda fiscal, ora desejosos de orientação trabalhista, de apresentação, de encaminhamento. Tão pouco se registram aqui as participações de muitíssimas reuniões e comissões em que a classe está representada por seu órgão mais expressivo. Nem mencionarei as visitas aos Chefes de Governo, aos Ministérios, às Repartições Econômicas, para tratar de casos ligados à classe. É toda uma atividade que se realiza sem preocupação de registros minuciosos, que absorve tempo e diligência, mas que é praticada com o intuito de bem servir à Classe que lideramos.

GUARDA DE VIGILANTES NOTURNOS — Os 522 contribuintes mencionados no Relatório anterior estão reduzidos a 414, havendo sido extintas no fichário 5 ruas da periferia da cidade. Aliás essa medida estava preconizada no relatório de 1953. A média mensal de arrecadação no último semestre foi de Cr\$ 13.257,30, devendo ser pagos guardas especiais de 23 estabelecimentos, comuns de 68 logradouros, despesas de expediente e armamento etc. Somente o aluguel da sede da guarda é de Cr\$ 1.000,00 mensais! A situação financeira é assim muito difícil.

SERVIÇOS DE SECRETARIA — Foram expedidos 1.047 ofícios, cartas e telegramas. Foram recebidos 846 peças de correspondência, inúmeras revistas e folhetos. A Biblioteca está distribuída por seções especializadas (Associações Comerciais, Comércio Exterior, Legislação Fiscal etc.)

CONCLUSÃO — Ao finalizar este relatório resta-me fazer um apêlo a nossos associados para que prestigiem cada vez mais a Associação, certos de que somente da união é que nascerá a força capaz de levar o comércio e a indústria de Florianópolis a uma posição invejável entre as Classes Produtoras do Brasil.

Florianópolis, 13 de maio de 1955.

(Ass.) Charles Edgar Moritz.

Carlos Hoepcke S. A.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Matriz: FLORIANÓPOLIS — Sta. Catarina

Endereço Telegráfico: HOEPCKE

EMP. NAC. NAVEGAÇÃO

HOEPCKE

AGÊNCIAS em:

Filial:

Secções:

**BLUMENAU
JOINVILLE
JOAÇABA
LAGUNA
LAJES
S. FRANCISCO
TUBARÃO
CURITIBA**

**MAQUINAS
FAZENDAS
FERRAGENS
DROGAS
AUTOSHELL**

**Pôsto de Serviço
para automóveis.**

**LAGUNA
ITAJAÍ
S. FRANCISCO DO SUL
PARANAGUÁ
ANTONINA
SANTOS
RIO DE JANEIRO**

Visite a secção de Máquinas, à rua Felipe Schmidt, Florianópolis, e encontrará V. Sa. tudo para o seu lar: enceradeiras, liquidificadores, aspiradores de pó, batedeiras, refrigeradores, exaustores, aquecedores e demais aparelhos elétricos e bem assim um lindíssimo sortimento de lustres de cristal, **AOS MELHORES PREÇOS DA PRAÇA.**

TRANSPORTES AÉREOS CATARINENSE S/A



SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL
AV. RIO BRANCO, 128 - LOJA - TEL 426060.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FLORIANÓPOLIS

BALANÇO GERAL, relativo ao período de 13 de maio de 1953 a 13 de maio de 1955

R E C E I T A

O — Saldo do exercício anterior:			
Verificação do depósito no Banco INCO	1.485,10		
Verificação do depósito no Banco N. Com.	827,80		2.312,90
1/2 — Cobrança de mensalidades e anuidades pelo cobrador			168.640,00
3/4 — Cobrança de anuidades pelo Bancc			26.220,00
5/7 — Cobrança de anuidades por remessa direta			680,00
8 — Recolhimento de funcionários			4.525,50
9 — Suprimentos do 1º Tesoureiro			8.700,00
10 — Juros Bancários			645,90
11/12 — Recebimentos diversos			8.690,00
			<u>220.414,30</u>

D E S P E S A

0/1 — Porcentagem de cobrança do cobrador			25.296,90
2 — Transporte do cobrador			205,00
3 — Comissões bancárias e selos			788,30
4 — Aluguéis			14.055,60
5 — Funcionários			60.578,20
6 — Luz			321,20
7 — Telefone			4.273,80
8 — Correspondência postal			790,50
9 — Telegramas			1.902,60
10 — Material de expediente			5.599,10
11 — Material permanente			519,00
12 — Material de consumo			1.215,00
13 — Selos de recibos			506,00
14 — Boletim Comercial e Industrial			30.528,60
15 — Recolhimento ao IAPC etc.			10.136,50
16 — Despesas gerais			4.747,80
17 — Seguros			1.829,00
18 — Reembolso ao 1º Tesoureiro			8.700,00
19 — Contribuições aos órgãos de classe			2.200,00
20 — Publicidade (Assembléia Geral Extraordinária)			100,00
21 — Assinatura do Diário Oficial, etc.			400,00
22 — Prestação de serviços a Associados (Reembolsável)			16.606,00
23 — Editais e avisos oficiais			2.290,00
			<u>193.589,36</u>

SALDO

1. No Banco Ind. e Com. de S. Catarina S. A.:			
Em depósitos populares	9.978,20		
Em conta corrente	715,00	10.693,20	
2. No Banco Nacional do Comércio S. A.			5.524,10
3. No Banco de Cr. Pop. e Agríc. de Sta. Catarina			390,00
4. No Banco do Brasil S. A.			10.000,00
5. Em Caixa			217,70
			<u>26.825,00</u>
			<u>220.414,30</u>

Florianópolis, 13 de maio de 1955.

Antônio Kowalski, 1º Tesoureiro.

PARECER DA COMISSÃO FISCAL: Havendo examinado o presente balanço e os documentos a êle anexos pronunciamos-nos pela aprovação. Florianópolis, 13 de maio de 1955. (Ass.) Erasto Macedo, Rosato Evangelista, Laerth Mello.
(Aprovado na Assembléia Geral de 13-5-55).

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FLORIANÓPOLIS, por sua Secretaria Geral, atende prazerosamente a seus associados do Interior, para o processamento de rubrica de livros, encaminhamento junto a repartições públicas e demais serviços nesta capital.

Serviços Sociais e Culturais

DIVULGAÇÃO DO SÉSI

O Serviço Social da Indústria (SÉSI) — Departamento Regional de Santa Catarina movimentou, em 1954, as seguintes atividades assistenciais:

I. Serviço de Assistência Odontológica

A. Municípios que dispunham de gabinete odontológico

1. Capital
2. Brusque
3. Blumenau
4. Orleães (Lauro Müller)
5. Lajes
6. Rio do Sul
7. Rio Negrinho
8. Concórdia
9. Joinvile

B. Benefícios prestados nos gabinetes odontológicos

1. Beneficiários atendidos	25.313
2. Consultas-exames	1.231
3. Limpezas	122
4. Anestesias	15.678
5. Preparação de cavidades	6.720
6. Obturações	4.493
7. Curativos	13.205
8. Intervenções cirúrgicas	20
9. Extrações	18.246

II. Serviço de Assistência Médica

A. Funcionaram regularmente gabinetes médicos nos municípios de

1. Joinvile
2. Blumenau
3. Capital (Estreito)
4. Indaial
5. Timbó
6. Rio do Sul
7. Caçador
8. Rio Negrinho
9. Concórdia

B. Número de operários atendidos nos gabinetes médicos

1. Joinvile	817
2. Blumenau	1.934
3. Capital (Estreito)	2.359
4. Indaial	100
5. Timbó	450
6. Rio do Sul	962
7. Caçador	1.145
8. Rio Negrinho	678
9. Concórdia	292

Total

8.737

C. Movimento do Serviço de Assistência Médica, conforme as clínicas (número de atendidos)

1. Clínica médica de homens	2.587
2. Clínica médica de mulheres	2.470
3. Clínica cirúrgica	93

4.	Clínica pediátrica e higiene infantil	3.040
5.	Clínica ginecológica	250
6.	Clínica e higiene pré-natais	67
7.	Outras clínicas	230
	Total	8.737
D.	Atividades dos Serviços de Pequena Enfermagem, que funcionaram junto aos gabinetes médicos	
1.	Receitas fornecidas	7.167
2.	Pequenas intervenções	32
3.	Curativos	432
4.	Injeções endovenosas	1.818
5.	Outras injeções	7.522
6.	Soros, reações para lues	11
7.	Radiografias	25
8.	Outros exames	25
9.	Encaminhados a hospitais e clínicas	44
10.	Aplicações de fisioterapia	171
11.	Atestados médicos	43
E.	Campanhas Médico-Sociais	
1.	Censo Torácico (operários abreugrafados)	
a.	Florianópolis	556
b.	Blumenau	5.413
2.	Vacinação pelo BCG (operários calmetizados)	
a.	Florianópolis	486
b.	Blumenau	3.772
III.	Serviço de Assistência Farmacêutica (Movimento de Vendas dos Reembolsáveis de Medicamentos)	
A.	Por município	
1.	Central	Cr\$ 508.123,00
2.	Estreito	Cr\$ 75.371,90
3.	Joinville	Cr\$ 99.960,50
4.	Brusque	Cr\$ 66.923,00
5.	Blumenau	Cr\$ 135.677,70
6.	Timbó	Cr\$ 58.740,20
7.	Indaial	Cr\$ 28.317,30
8.	Lauro Müller	Cr\$ 135.451,00
9.	Criciúma	Cr\$ 183.481,80
10.	Lajes	Cr\$ 50.387,40
11.	Rio do Sul	Cr\$ 57.584,20
12.	Caçador	Cr\$ 40.440,80
13.	Itajaí	Cr\$ 5.029,60
14.	Rio Negrinho	Cr\$ 47.457,90
15.	Concórdia	Cr\$ 26.481,40
B.	Em colaboração	Cr\$ 28.238,70
C.	Total	Cr\$ 1.547.666,40
IV.	Serviços Educativos	
A.	Biblioteca Ambulante	
1.	Discriminação das obras classificadas	
a.	Obras Gerais	
b.	Filosofia	
c.	Religião	
d.	Sociologia	
e.	Filologia	
f.	Ciências Puras	
g.	Ciências Aplicadas	
h.	Belas Artes	
i.	Poesia Brasileira	
j.	História	
k.	Geografia	

1.	Ficção	
m.	Ficção Infantil	
2.	Número de operários ou pessoas de suas famílias que utilizaram o Serviço de Biblioteca Ambulante	3.695
3.	Porcentagens de preferência na Leitura	
a.	Gênero Ficção	60%
b.	Ficção Infantil	20%
c.	Biografias	5%
d.	Ciências Aplicadas	4%
e.	Demais Gêneros	11%
B.	Cinema Educativo	
1.	Sessões cinematográficas realizadas	487
2.	Filmes exibidos	
a.	Educativos	266
b.	Recreativos	361
	Total	627
3.	Assistência, em média, por filme (operários ou membros de suas famílias)	320
C.	Divulgação	
1.	Distribuição de exemplares da Revista SESINHO aos municípios	
a.	Blumenau	4.300
b.	Brusque	3.000
c.	Caçador	2.750
d.	Canoinhas	540
e.	Criciúma	4.100
f.	Florianópolis	6.530
g.	Indaial	2.400
h.	Itajaí	1.400
i.	Joinville	4.300
j.	Lajes	2.730
k.	Lauro Müller	2.400
l.	Rio do Sul	2.750
m.	Rio Negrinho	1.600
n.	Timbó	2.400
o.	Concórdia	1.800
2.	Total de exemplares distribuídos	43.000
D.	Cursos Populares (Corte e Costura)	
1.	Movimento em todo o Estado	
a.	Cursos em funcionamento	48
b.	Alunas matriculadas	737
c.	Presenças	46.713
d.	Porcentagem das presenças	75%
e.	Aulas ministradas	4.124
f.	Horas de aula	8.280
2.	Número de cursos que funcionaram nos diversos municípios	
a.	Brusque	5
b.	Blumenau	8
c.	Criciúma	13
d.	Florianópolis	5
e.	Joinville	11
f.	Indaial	1
g.	Lauro Müller	3
h.	Rio do Sul	1
i.	Timbó	1
	Total	48
V.	Serviço de Esporte e Recreação	
A.	Firmas industriais que colaboraram com o SÉSI	
1.	Blumenau	14
2.	Brusque	16

3. Joinville	5
4. Rio do Sul	11
B. Atletas operários inscritos no Serviço de Esporte	
1. Do sexo masculino	907
2. Do sexo feminino	106
Total	1.013
C. Torneios e campeonatos realizados	
1. Torneios	
a. Blumenau	5
b. Brusque	5
c. Rio do Sul	2
2. Campeonatos	
a. Blumenau	7
b. Brusque	5
c. Rio do Sul	2
D. Jogos realizados	
1. Modalidades	
a. Futebol	56
b. Bocha	28
c. Volei	74
d. Basquete	18
e. Bolão	15
f. Pingue-pongue	5
g. Xadrês	30
2. Total	226
VI. Serviços de Assistência Jurídica	
A. Consultas	229
B. Preparação de papéis	120
C. Retificação de registro civil	15
D. Provas junto às instituições	33
E. Encaminhamentos de processos diversos	297
VII. Serviço Social Especializado	
A. Serviço Interno	
1. Entrevistas	72
2. Pedidos	44
3. Informações	116
4. Encaminhamentos	4
5. Providências diversas	38
B. Serviço Externo	
1. Visitas	86
2. Entrevistas	100
3. Informações	56
4. Encaminhamentos	13
5. Providências diversas	14
VIII. Serviço de Visitação Domiciliar	
A. Visitas realizadas	2.470
B. Informações	1.091
C. Encaminhamentos	269
D. Acompanhamentos de casos	91
E. Providências diversas	230
IX. Serviço de Assistência Alimentar	
A. Distribuição dos Postos de Abastecimento e Subpostos	
1. Criciúma	
a. Pôsto Central	
b. Dez subpostos	
2. Lauro Müller	
a. Pôsto Central	
b. Dois subpostos	
3. Joinville	
a. Pôstos Central	
b. Dois subpostos	

4.	Brusque		
a.	Pôsto Central		
b.	Cinco subpostos		
5.	Urussanga — Quatro subpostos supridos por Criciúma		
B.	Movimento de Vendas por Serviço de Abastecimento		
1.	Criciúma	Cr\$	10.620.190,30
2.	Brusque	Cr\$	14.955.412,40
3.	Joinville	Cr\$	3.605.809,40
4.	Lauro Müller	Cr\$	1.927.819,40
	Total	Cr\$	31.109.231,50
C.	Quantidades fornecidas		
1.	Gêneros do Grupo "A" (Alimentos Básicos)		
a.	Açúcar	737.771	quilos
b.	Arroz	419.371	quilos
c.	Alho	54	quilos
d.	Bacalhau	685	quilos
e.	Banha	92.315	quilos
f.	Batata	108.079	quilos
g.	Café	93.361	quilos
h.	Carne de porco	4.416	quilos
i.	Cebola	5.983	quilos
j.	Camarão	75	quilos
k.	Charque	67.620	quilos
l.	Feijão	215.725	quilos
m.	Farinha de mandioca	534.080	quilos
n.	Farinha de milho	89.549	quilos
o.	Farinha de trigo	698.500	quilos
p.	Farinha araruta	755	quilos
q.	Farinha polvilho	1.084	quilos
r.	Lingüiça	30.623	quilos
s.	Macarrão	40.736	quilos
t.	Massa aletria	9.871	quilos
u.	Manteiga	2.925	quilos
v.	Milho	151.162	quilos
w.	Ração	20	sacos
x.	Sal	81.331	quilos
	Sardinha	11.788	latas
2.	Gêneros do Grupo "B" (Condimentos e Outros)		
a.	Açúcar baunilha	295	envel.
b.	Azeite	12.521	latas
c.	Canela	8.181	latas
d.	Chá preto	2.309	pacts.
e.	Extrato de tomate	10.188	latas
f.	Fermento	8.625	latas
g.	Mostarda	1.893	copos
h.	Pimenta	6.515	latas
i.	Vinagre	11.776	gar.
3.	Gêneros do Grupo "C" (Alimentação Infantil)		
a.	Aveia	1.649	pacts.
b.	Creme de arroz	779	pacts.
c.	Leite condensado	18.238	latas
d.	Leite Ninho	26.717	latas
e.	Nestogeno	6.811	latas
f.	Outros leites	4.576	latas
g.	Maizena	2.619	pacts.
h.	Toddy	3.113	latas
4.	Gêneros do Grupo "D" (Artigos de Uso Doméstico)		
a.	Álcool	6.666	gar.
b.	Anil	85.247	bon.
c.	Bombril	14.798	pacts.

d.	Desinfetante	47	latas
e.	Fósforos	22.410	cxs.
f.	Papel higiênico	10.962	rolos
g.	Pasta dental	11.108	tubos
h.	Pó para pudim	282	envel.
i.	Sabão	1.037.321	pedçs.
j.	Sabonete	52.502	pedçs.
k.	Sapóleo	8.713	pedçs.
l.	Super Flit	398	latas
m.	Talcos	5.544	latas
n.	Vassouras	7.665	unid.
o.	Velas	570	pacts.
5. Gêneros do Grupo "E" (Doces, Sobremesas e Outros)			
a.	Biscoitos	151	quilos
b.	Compotas	468	latas
c.	Conservas	80	latas
d.	Goiabadas	6.216	latas
e.	Musse	33.628	quilos
f.	Marmelada	298	latas
g.	Mortadela	460	quilos
h.	Queijo	15.431	quilos

D. Os dez gêneros mais consumidos, segundo o valor das vendas:

1.	Açúcar	Cr\$ 4.996.570,50
2.	Farinha de trigo	Cr\$ 4.458.066,00
3.	Arroz	Cr\$ 3.777.835,60
4.	Café	Cr\$ 3.068.181,40
5.	Banha	Cr\$ 2.499.948,90
6.	Sabão	Cr\$ 2.019.783,10
7.	Charque	Cr\$ 1.805.149,30
8.	Farinha de mandioca	Cr\$ 1.086.466,90
9.	Linguça	Cr\$ 793.748,00
10.	Feijão	Cr\$ 722.768,20

(Dados extraídos do Relatório de 1954 pelo Serviço de Relações Públicas).

IMIGRAÇÃO

Com base nas fichas consulares, foi divulgada a estatística imigratória de 1954. O número de imigrantes entrados no Brasil no ano findo foi de 72248, dos quais 42% de nacionalidade portuguesa. Seguem-se os italianos (19%), espanhóis (16%) e japoneses (4%). Houve também imigração de alemães, gregos, norte-americanos, libaneses, israelitas, holandeses, ingleses, sírios, apátridas e outros, com porcentagens inferiores a 4%.

Cerca de 20% dos imigrantes eram do tipo de imigração "dirigida", sendo 90% espontâneos. A imigração dirigida constituía-se principalmente de italianos, japoneses e holandeses.

Santos foi o porto que recebeu maior número de imigrantes: 60%. Seguiu-se o Rio de Janeiro, com 36% e Belém com 2%. Em Florianópolis desembarcaram 3 imigrantes.

Vieram mais homens do que mulheres; 61% contra 39%. Do total de imigrantes, 72% tinham idade compreendida entre 18 e 59 anos. Eram solteiros 57% (32% com mais de 17 anos).

A metade dos imigrantes vinha com famílias constituídas; a outra metade, vinha como "avulsos".

Em fim, 32377 tinham "atividades domésticas"; 16734 eram "operários qualificados"; 9987 eram "agricultores"; 5231 ocupavam-se com atividades comerciais.

Sociedade Carbonífera Próspera S. A.

Certifico em virtude do despacho do sr. presidente da Junta Comercial, exarado no requerimento sob número mil cento e noventa (1.190), datado de trinta (30) de maio do corrente ano, do senhor Giovanni Faraco, residente nesta capital, que dos documentos arquivados nesta Junta Comercial do Estado, consta uma ata da assembléa geral ordinária da "Sociedade Carbonífera Próspera S. A.", realizada no dia trinta (30) de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955), que tem o teor seguinte:

Ata da assembléa geral ordinária

Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco compareceram à sede da Sociedade Carbonífera Próspera S. A., em Criciúma, Estado de Santa Catarina, às nove horas da manhã, acionistas previamente convocados para esta assembléa geral ordinária. Em virtude da ausência dos senhores presidente e vice-presidente da Sociedade, assumiu a presidência da assembléa o engenheiro Mário Balsini, diretor-técnico, que convidou para primeiro secretário o sr. Sesóstris de Rezende Corrêa, diretor-comercial, e para segundo secretário o acionista eng. Lírio Búrigo, que aceitaram, ficando assim constituída a mesa da assembléa. Verificou-se que se achavam presentes acionistas representando vinte e uma mil trezentas e vinte e oito ações, conforme consta do livro de presença de acionistas, correspondentes a 74,06% (setenta e quatro e seis décimos por cento) do total de vinte e oito mil e oitocentas ações, que constituem o capital social. Assim, o sr. presidente declara instalada esta assembléa, na forma da lei e dos estatutos. Dando início aos trabalhos, o sr. presidente solicita ao primeiro secretário seja lido o edital publicado nos dias 28, 29 e 30 de março do corrente ano no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina e nos dias 28, 29 e 30 do mesmo mês e ano no jornal "O Estado", de Florianópolis, e do seguinte teor: "Sociedade Carbonífera Próspera S. A." Edital de convocação. Assembléa geral ordinária, Pelo presente ficam convidados os senhores acionistas desta Sociedade a comparecerem à assembléa geral ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril do corrente ano, às 9 horas da manhã, na sede social, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º — Leitura, exame, discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral, demonstrativo da conta de lucros e perdas, parecer do conselho fiscal e documentos que acompanham o balanço geral realizado em 31 de dezembro de 1954; 2º — Eleição do conselho fiscal para o exercício de 1955; 3º — Fixação dos honorários da diretoria; 4º — Outros assuntos de interesse social. Aviso: Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 99, do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. Criciúma, 25 de março de 1955. S. de Rezende Corrêa, diretor-comercial". Finda a leitura do edital, o sr. presidente solicita ainda ao primeiro secretário que seja procedida à leitura do relatório da diretoria, balanço geral, demonstrativo da conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, publicados nos exemplares de 29 e 30 de março, respectivamente, do "Diário Oficial" do Estado e do jornal "O Estado", de Florianópolis. Finda a leitura, o sr. presidente anuncia que estão em discussão os documentos acima referidos, oferecendo a palavra aos acionistas que desejarem se manifestar a respeito ou fazer qualquer consulta. Depois de discutidos os assuntos constantes do item primeiro do edital de convocação, o sr. presidente põe em votação o relatório da diretoria, o balanço geral, a conta de lucros e perdas e o parecer do conselho fiscal, os quais foram aprovados, abstenendo-se de votar os membros da diretoria. Em seguida, o sr. presidente põe em discussão o item segundo do edital, ou seja a eleição para os membros efetivos e suplentes do conselho fiscal. O acionista Lírio Búrigo, representando a Companhia Siderúrgica Nacional, portadora de 21.158 (vinte e uma mil cento e cinquenta e oito) ações, do total de 28.800 (vinte e oito mil e oitocentas) ações que compõem o capital da Sociedade, conforme traslado de procuração passado no 15º Ofício de Notas do Tabelião Hugo Ramos, do Distrito Federal, em data de 23 de março do corrente ano, propõe a escolha dos seguintes nomes para comporem o conselho fiscal, de acôrdo com os estatutos: Presidente, Iberê Gilson, contador, brasileiro, casado, residente à rua Tobias do Amaral, 22, no Distrito Federal; membros efetivos: Álvaro Sampaio Corrêa, brasileiro, casado, contador, residente em Tubarão, Estado de Santa Catarina, e Francisco Bernardo Corbetta, brasileiro, casado, bancário, residente

nesta cidade; suplentes: Leandro Martignago, brasileiro, casado, dentista, residente nesta cidade e Afonso Ghizzo, brasileiro, casado, bancário, residente em Araranguá, Estado de Santa Catarina, e Mário Diomário da Rosa, brasileiro, casado, industrial, residente nesta cidade. O sr. presidente submete a proposta a votação, sendo a mesma aprovada. Como da vez anterior, os diretores da Sociedade se abstiveram de votar. Logo após, o sr. presidente põe em discussão o item terceiro do edital de convocação, isto é, a fixação dos honorários da diretoria. O acionista Lírio Búrigo, na qualidade de procurador da Companhia Siderúrgica Nacional, propõe sejam fixados os mesmos honorários do exercício anterior, isto é, vinte e seis mil e quinhentos cruzeiros mensais para os diretores técnico e comercial, cada um, e três mil cruzeiros mensais para o presidente e o vice-presidente, cada um. O sr. presidente põe em votação a proposta, que é aprovada. Abstiveram-se de votar os membros da diretoria. O sr. presidente anuncia que, em obediência ao quarto item do edital de convocação, franqueia a palavra aos acionistas que quiserem tratar de outros assuntos relacionados com a Sociedade. O acionista Lírio Búrigo, ainda na qualidade de procurador da Companhia Siderúrgica Nacional, considerando que o balanço geral do exercício de mil novecentos e cinquenta e quatro apresentou um lucro líquido de um milhão setecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e sete cruzeiros e noventa centavos, propõe de acôrdo com os estatutos da Sociedade, seja votada uma gratificação de dez por cento sôbre os lucros à diretoria. O sr. presidente põe em discussão a proposta. Ninguém fazendo uso da palavra, é a mesma posta em votação e aprovada. Como das vezes anteriores, abstiveram-se de votar os membros da diretoria. Nenhum acionista desejando, mais fazer uso da palavra, o sr. presidente declara esgotada a agenda, agradece a presença dos senhores acionistas e, após encerrar, com a sua assinatura, a fôlha do livro de presença de acionistas, declara concluídos os trabalhos desta assembléia geral ordinária, suspendendo a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, o que fiz como primeiro secretário, no livro próprio. Reaberta a sessão, foi lida e aprovada a presente ata, que vai assinada por mim, primeiro secretário, pelos membros da mesa e acionistas presentes. (Ass.) Sesóstris de Rezende Corrêa, secretário, pp. da Companhia Siderúrgica Nacional — Lírio Búrigo. Lírio Búrigo, acionista. Mário Balsini, presidente da mesa. Transcrito do livro próprio n. 3, às fôlhas 3v., 4 e 5. Sesóstris de Rezende Corrêa, secretário.

N. 8.843 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 26 de maio de 1955.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 26 de maio de 1955.

Eduardo Nicolich, secretário.

E' o que há com relação ao pedido do suplicante, pelo que, eu Eduardo Nicolich, secretário da Junta Comercial do Estado, mandei dactilografar a presente certidão, que conferi, subscrevi e assino aos trinta (30) dias do mês de maio de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955). Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, sob estampilhas, 30 de maio de 1955. (Ass.) Eduardo Nicolich.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

DR. JOSÉ FELIPE BOABAID

— ADVOGADO —

Consultor Jurídico da Associação Comercial de Florianópolis
Causas Cíveis — Questões Trabalhistas
Edifício do MONTEPIO, 4º andar
Rua Trajano — Florianópolis

Fôrça e Luz de Cresciuma S. A.

Certifico em virtude do despacho do sr. presidente da Junta Comercial, exarado no requerimento sob número mil cento e oitenta e nove (1.189), datado de trinta (30) de maio do corrente ano, do senhor Giovani Faraco, residente nesta Capital, que dos documentos arquivados nesta Junta Comercial do Estado, consta a ata da assembléa geral ordinária da "Fôrça e Luz de Cresciuma S. A.", realizada no dia trinta (30) de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955), que tem o teor seguinte:

Ata da assembléa geral ordinária

Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco compareceram à sede social da Fôrça e Luz de Cresciuma S. A., em Criciúma, Estado de Santa Catarina, acionistas previamente convocados para esta assembléa geral. Em virtude da ausência do sr. presidente da Sociedade, o sr. Sesostris de Rezende Correa, diretor-secretário, assumiu a presidência dos trabalhos da presente assembléa, convidando a acionista Vera Guedes para servir de secretário, ficando, assim, constituída a mesa, de acôrdo com os estatutos. Verificou-se que se achavam presentes acionistas representando trezentas e sessenta e cinco ações, conforme assinaturas e declarações exigidas por lei e constantes das folhas onze verso e doze do livro de presença de acionistas, correspondentes a oitenta e um e onze décimos por cento do total de quatrocentas e cinquenta ações, que constituem o capital social. Assim, o sr. presidente declara instalada esta assembléa, na forma da lei e dos estatutos. O sr. presidente solicita ao secretário seja lido o edital de convocação desta assembléa, publicado nos dias 28, 29 e 30 de março de 1955, no "Diário Oficial" do Estado e nos dias 28, 29 e 30 do mesmo mês e ano no jornal "O Estado", de Florianópolis e do seguinte teor: "Fôrça e Luz de Cresciuma S. A. Edital de convocação. Assembléa geral ordinária. Pelo presente ficam convidados os senhores acionistas desta Sociedade a comparecerem a assembléa geral ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril do corrente ano, às 11 horas, na sede social, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º — Leitura, exame, discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral, demonstrativo da conta de lucros e perdas, parecer do conselho fiscal e documentos que acompanham o balanço geral realizado em 31 de dezembro de 1954. 2º — Eleição da nova diretoria e do conselho fiscal para o exercício de 1955. 3º — Fixação dos honorários da diretoria. 4º — Outros assuntos de interesse social. Aviso. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. Criciúma, 25 de março de 1955. S. de Rezende Corrêa, diretor-secretário". Em seguida, o sr. presidente solicita ainda ao secretário seja procedida à leitura do relatório da diretoria, balanço geral, demonstrativo da conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, publicados nos exemplares de 29 e 30 de março de 1955, respectivamente, do "Diário Oficial" do Estado e o jornal "O Estado", de Florianópolis. Finda a leitura o sr. presidente anuncia que estão em discussão os documentos acima referidos, oferecendo a palavra aos acionistas que desejarem se manifestar a respeito ou fazer qualquer consulta. Depois de discutidos os assuntos constantes do item primeiro do edital de convocação, o sr. presidente põe em votação o balanço geral, a conta de lucros e perdas e o parecer do conselho fiscal, os quais foram aprovados, abstendo-se de votar os membros da diretoria. Em seguida, o sr. presidente põe em discussão o item segundo do edital, ou seja, eleição da diretoria e do conselho fiscal para o exercício de 1955. O acionista Lírio Búrigo, representando a Sociedade Carbonífera Próspera S. A., portadora de duzentas e noventa ações, do total de quatrocentas e cinquenta que compõe o capital da Sociedade, conforme traslado de procuração, passado no décimo quinto ofício de notas do tabelião Hugo Ramos, do Distrito Federal, em data de 23 de março de 1955, propõe a escolha dos seguintes nomes: Para a diretoria: Presidente, general Edmundo de Macedo Soares e Silva, militar, brasileiro, casado, residente no Distrito Federal; para diretor-secretário, o sr. Sesostris de Rezende Corrêa, brasileiro, casado, industrial, residente nesta cidade; para diretor-gerente, engenheiro Mário Balsini, brasileiro, casado, residente nesta cidade; para o conselho fiscal: Presidente, Iberê Gilson, contador, brasileiro, casado, residente

no Distrito Federal; membros efetivos, Alvaro Sampaio Corrêa, brasileiro, casado, contador, residente em Tubarão, Santa Catarina e Francisco Bernardo Corbeta, brasileiro, casado, bancário, residente nesta cidade; para suplentes: Mário Diomário da Rosa, brasileiro, casado, industrial, residente nesta cidade; Leandro Martignago, brasileiro, casado, dentista, residente nesta cidade e Afonso Ghizzo, brasileiro, casado, bancário, residente em Aranguá, Santa Catarina. O sr. presidente submete a proposta à votação, sendo a mesma aprovada. Como da vez anterior, abstiveram-se de votar os membros da diretoria. Logo após, o sr. presidente, põe em discussão o item 3º do edital de convocação, isto é, a fixação dos honorários da diretoria. O acionista Lirio Búrigo, na qualidade de procurador da Sociedade Carbonífera Próspera S. A., propõe que aos diretores não seja fixado honorário e apenas uma gratificação de cinco por cento sobre os lucros líquidos apurados em balanço. Posta em votação a proposta, é a mesma aprovada, tendo se absterido de votar os membros da diretoria. O sr. presidente anuncia que, em obediência ao 4º item do edital de convocação, franqueia a palavra aos acionistas, que queiram tratar de outros assuntos relacionados com a Sociedade. Nenhum acionista desejando mais fazer uso da palavra, o sr. presidente informa que está esgotada a agenda, agradece a presença dos senhores acionistas e, após encerrar com a sua assinatura o livro de presença de acionistas, declara concluídos os trabalhos desta assembléia, suspendendo a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, o que fez como secretário, no livro próprio. Reaberta a sessão, foi lida e aprovada a presente ata, que vai assinada por mim, secretário, pelos membros da mesa e acionistas presentes. (Ass.) Vera Guedes. Sesóstris de Rezende Corrêa. Mário Balsini. Lirio Búrigo — pp. da Soc. Carb. Próspera S. A. Lirio Búrigo. Transcrito do livro próprio, fôlhas 15, 15 verso, 16 e 16 verso. Vera Guedes, secretária.

N. 8.842 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 26 de maio de 1955.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 26 de maio de 1955.

Eduardo Nicolich, secretário.

É o que há com relação ao pedido do suplicante, pelo que, eu, Eduardo Nicolich, secretário da Junta Comercial do Estado, mandei dactilografar a presente certidão, que conferi, subscrevi e assino aos trinta (30) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955). Secretaria da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, sob estampilhas, 30 de maio de 1955. (Ass.) Eduardo Nicolich.

CONHEÇA SANTA CATARINA

Municipalismo: Os municípios mais antigos, pela data de criação, são: São Francisco do Sul (1660), Laguna (1714), Florianópolis (1726) e Lajes (1770).

Na primeira metade do século passado foram criados os municípios de Pôrto Belo (1832), Biguaçu e São José (1833).

Nos cem anos seguinte, foram criados 45 municípios, sendo 2 perto de 1860, 19 a partir de 1870, 1 cerca de 1900, 5 após 1910, 2 passado 1920, 8 depois de 1930 e 3 depois de 1940.

Nêste último quinquênio foram criados 15 municípios, atingindo o total catariense a 67.

Consultas -- Pareceres -- Decisões

Repertório Fiscal

JURISPRUDÊNCIA
(Tribunal Federal de Recursos)

APELAÇÃO CÍVEL N. 4.551

São Paulo

O estabelecimento industrial, que mantém sempre depósito prévio no tesouro para satisfazer as despesas do imposto de consumo, esgotando o depósito e logo renovando-o sem qualquer prejuízo para a fazenda não pode incorrer em multa baseada em fraude.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 4551, de São Paulo, em que são agravantes, Produtos Elétricos Brasileiros S. A., e apelada a Fazenda Nacional:

Acordam os Ministros da Segunda Turma do Tribunal de Recursos, por unanimidade de votos, em dar provimento à apelação, nos termos do relatório, e das notas taquigráficas anexas.

Capital Federal, 18 de agosto de 1953.

Abner de Vasconcelos, Presidente e Relator.

RELATÓRIO

A Firma Produtos Elétricos Brasileiros S. A., com sede em São Paulo foi multada na importância de Cr\$ 412.369,20, além da obrigação de recolher a quantia de Cr\$ 206.184,60, de imposto de consumo devido Depositado o valor total exigido, a firma propôs a presente ação para anular a tributação imposta pelo acórdão do 2º Conselho de Contribuintes.

Alega que para o serviço de vendas de sua indústria tem o livro de conta corrente relativo ao imposto de consumo. Ocorreu, porém, que, certa vez tendo esgotado a verba recolhida, a saída da mercadoria excedeu a importância do recolhimento prévio e que logo restaurado este, tudo ficou normalizado. Anos depois, dois agentes fiscais de Consumo, examinando a escrita da firma, encontraram a irregularidade de dois incidentes do estouro da verba, restaurada no dia imediato e nos posteriores. Não obstante isto, não só fizeram o lançamento do imposto devido e não pago no dia anterior, como multaram ainda em igual quantia, de Cr\$ 206.184,60.

Tendo a firma recorrido para o Conselho de Contribuintes, este elevou a multa ao dobro, ou Cr\$ 412.369,20, ficando o

total do débito em Cr\$ 618.553,80, por ter havido fraude e sonegação. Alega a Autora que o art. 163 da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo dispõe: "Quando do processo se apurar falta ou insuficiência de pagamento do imposto, ou sonegação, o infrator, além da multa que no caso couber, ficará obrigado a indenizar a importância do imposto devido".

JURISPRUDÊNCIA

O parágrafo único refere-se a ocultação de mercadoria, à apreensão fora do estabelecimento e a verificação feita na escrita de saída de mercadoria sem o pagamento do imposto, com artifício doloso ou evidente intuito de fraude. É isto o que contesta a A. porque o fisco verificou que, no dia seguinte ao do estouro da verba na conta-corrente, o recolhimento foi suprido e o imposto satisfeito, sem malícia nem simulação. Alega, então, a A. ter de fato infringido o art. 98 da Consol. citada, in verbis:

"Nenhum produto sujeito a imposto de consumo poderá sair das fábricas das Alfândegas ou Mesas de Rendas do Tesouro e os predispõe a todos os recursos da fraude e da simulação para fugir do dever

cívico de concorrer para o desempenho dos serviços públicos”.

É preciso reaproximar o contribuinte do Fisco pela recíproca inspiração de confiança.

As leis fiscais devem ser interpretadas com lógica, compreensão e espírito de justiça. Quem não fraude o fisco e logo regulariza as suas obrigações, não merece penalidades extremas. É a própria lei aplicada ao caso que assim dispõe. Não há dúvida que a apelante incidiu em falta prevista na lei, mas isenta de sanção grave. O Fisco e a sentença apelada aplicaram mal o art. 163 do Dec.-lei 7.404, de 1945, que dispõe a respeito do imposto, na realidade não pago por ocultação ou

manobra fraudulenta, merecedora de repressão.

De aplicação ao caso é o art. 98 que prevê a hipótese de mercadoria saída da fábrica sem previamente recolhido o imposto. E embora satisfeito este nos dias imediatos, não apaga de todo a falta, marcando expressamente a alínea c, das Disposições Gerais, Cap. VIII, pela referência direta ao referido art. 98, penalidade de mil a dois mil cruzeiros. A verdade é quem paga espontaneamente o que é devido, logo que se adverte, não pode ser tratado como Fisco e a decisão a quo fizeram com a apelante.

Pelo exposto, dou provimento a apelação, para reformar a decisão apelada e julgar procedente a ação.

DECISÃO

(Julg. da 2a. Turma em 18/9/1953)

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:

Por unanimidade, deu-se provimento à apelação. Os Srs. Ministros Revisor e Cândido Lobo acompanharam o voto do Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Exmo. Sr. Ministro Abner de Vasconcellos.

(D. J., n. 67, de 22/3/55, pgs. 1197 e 1198)

JUNTA COMERCIAL

CONTRATOS

(Sessão de 2 de outubro de 1952)

N. 12.276.

Firma: INDUSTRIAL SAGUASSÚ LTDA. — Joinville.

Ramo: Exploração de extração de pedras.

Capital: Cr\$ 40.000,00.

Sócios: Rolf Léc Guettschew Cr\$ 20.000,00; Jutta Guettschew Cr\$ 20.000,00.

N. 12.284.

Firma: WILSON CASTRO & IRMÃO — Lajes.

Ramo: Representações, Consignações, etc.

Capital: Cr\$ 40.000,00.

Sócios: Wilson Wilmar Burger de Castro Cr\$ 20.000,00; Jarbas Burger de Castro Cr\$ 20.000,00.

N. 12.309.

Firma: IRMÃOS SCHWEGLER & CIA. — Pôrto União.

Ramo: Artefatos de Madeira.

Capital: Cr\$ 50.000,00.

Sócios: Erich Augusto Schwegler Cr\$ 17.000,00; Alvino Eugênio Schwegler Cr\$ 17.000,00; Adolfo Hintz Cr\$ 16.000,00.

N. 12.272.

Firma — INDUSTRIAL E AGRÍCOLA RIO DO SUL LIMITADA — Blumenau.

Ramo — Plantação e Industrialização da Mandioca, etc.

Capital — Cr\$ 525.000,00.

Sócios — Gelsmar & Cia. Ltda., Cr\$ 305.000,00; Victorio Fontanivo, Cr\$ 219.000,00; J. M. Pinheiro Neto, Cr\$ 1.000,00.

N. 12.279.

Firma — BRESSAN & CIA. — Tubarão.

Ramo — Genêros Alimentícios, etc.

Capital — Cr\$ 20.000,00.

Sócios — Augusto Martinho Bressan, Cr\$ 10.000,00; Francisco Nunes Neto, Cr\$ 10.000,00.

N. 12.280.

Firma — REINOLDO KLEIN FILHO & CIA. — Joaçaba.

Ramo — Produtos Farmacêuticos.

Capital — Cr\$ 100.000,00.

Sócios — Waldomiro Antonio Panis, Cr\$ 30.000,00; Reinoldo Klein Filho, Cr\$ 70.000,00.

N. 12.281.

Firma — CARLOS SCHUSTER & CIA. — Mafra.

Ramo — Comércio e Indústria de Madeiras.

Capital — Cr\$ 350.000,00.

Sócios — Carlos Schuster, Cr\$ 140.000,00; Ludovico Schuster Junior, Cr\$ 105.000,00; Herbert Schuster, Cr\$ 105.000,00.

N. 12.283.

Firma — Fabricação de Carrocerias.

Capital — Cr\$ 5.000,00.

Sócios — Vitor Sprada, Cr\$ 2.500,00; Valdemar Souza, Cr\$ 2.500,00.

N. 12.287.

Firma — NASPOLINI & COMPANHIA — Itajaí.

Capital — Cr\$ 10.000,00.

Sócios — Adair Napolini, Cr\$ 5.000,00; Vidal de Oliveira, Cr\$ 5.000,00.

N. 12.299.
Firma — CRISTELLI & DALLABRIDA —
Timbó.
Ramo — Fabricação de Charutos.
Capital — Cr\$ 100.000,00.
Sócios — José Cristelli, Cr\$ 50.000,00; Her-
cílio Dallabrida, Cr\$ 50.000,00.

N. 12.300.
Firma — IRMÃOS KEMPFER & CIA. LTDA.
— Chapecó.
Ramo — Serraria, etc.
Capital — Cr\$ 200.000,00.
Sócios — Oswaldo Kempfer, Cr\$ 50.000,00;
Lauro Kempfer, Cr\$ 50.000,00; Augusto Kempfer,
Cr\$ 100.000,00.

N. 12.311.
Firma — T. HAEMING & CIA. — Nesta.
Ramo — Bar e Café.
Capital — Cr\$ 325.000,00.
Sócios — Irê S. Ulásséa, Cr\$ 162.500,00; Teo-
doro Haeming, Cr\$ 162.500,00.

N. 12.314.
Firma — GERMANO PIACENTINI & CIA.
— Tangará.
Ramo — Gêneros Alimentícios.
Capital — Cr\$ 4.000,00.
Sócios — Germano Piacentini, Cr\$ 2.000,00;
José Carniel, Cr\$ 2.000,00.

N. 12.315.
Firma — SERRARIA DE FRIDHOLDO E
VERGUTS & CIA. LTDA. — Lajes.
Ramo — Industrialização de Madeiras em
geral.
Capital — Cr\$ 500.000,00.
Sócios — Friedholdo F. Verguts,
Cr\$ 250.000,00; Arnaldo Verguts, Cr\$ 125.000,00;
Alceno José Grunitsky, Cr\$ 125.000,00.

N. 12.316.
Firma — PRESSTUBO LIMITADA. — Blu-
menau.
Ramo — Fabricação de tubos de cimento.
Capital — Cr\$ 550.000,00.
Sócios — Werner Garni, Cr\$ 300.000,00; Car-
los Boos, Cr\$ 250.000,00.

N. 12.320.
Firma — Guerios & Castilho — Caçador.
Ramo — Comércio em geral.
Capital — Cr\$ 30.000,00.
Sócios — Fuad José Guerios, Cr\$ 15.000,00;
João Castilho, Cr\$ 15.000,00.

(Sessão de 9 de outubro de 1952)

N. 12.528.
Firma — ELETRON LUX LTDA. — Curiti-
banos.
Retiraram-se da sociedade os quotistas Ma-
ria Zortéa, Maria Medici e Vitório Medici. Fo-
ram admitidos como socios os srs. Alcides Pel-
lizzaro, Roque Pellizzaro, Leodoro Pain Filho e
Avelino Scapini.

N. 12.307.
Firma — DEPIZZOLLATTI & SILVESTRE —
Orleães.
Ramo — Restaurante, etc.
Capital — Cr\$ 50.000,00.
Sócios — Saul Depizzollatti, Cr\$ 25.000,00;
Jacomo Silvestre, Cr\$ 25.000,00.

N. 12.323.
Firma — INDÚSTRIA CAMPO ALTO LTDA.
— Caçador.
Ramo — Indústria e Comércio de Madeiras.
Capital — Cr\$ 600.000,00.
Sócios — Victor Adelino Comazzetto,

Cr\$ 225.000,00; Walter Linzmayer, Cr\$ 112.500,00;
Rodolfo Linzmaeyer Filho, Cr\$ 112.500,00; Amé-
lio José Caron, Cr\$ 50.000,00; Darvil José Caron,
Cr\$ 50.000,00; Luiz Francisco Faltêncio Paga-
nelli, Cr\$ 50.000,00.

N. 12.234.
Firma — V. SCOSS & COELHO — Lajes.
Ramo — Indústria Oleira.
Capital — Cr\$ 280.000,00.
Sócios — Victor Scoss, Cr\$ 140.000,00; João
Coelho, Cr\$ 140.000,00.

N. 12.325.
Firma — ANDREOLA & ARALDI — Lajes.
Ramo — Serraria de Pinho, Lei e Qualida-
des.
Capital — Cr\$ 300.000,00.
Sócios — Raymundo Andreola,
Cr\$ 225.000,00; Angelo Araldi, Cr\$ 75.000,00.

(Sessão de 16 de outubro de 1954)

N. 12.328.
Firma — CARLOS PIROLI & FILHOS LI-
MITADA. — Videira.
Ramo — Olaria.
Capital — Cr\$ 32.000,00.
Sócios — Carlos Pirolli, Cr\$ 16.000,00; Lou-
renço Pirolli, Cr\$ 8.000,00; Humberto Pirolli,
Cr\$ 8.000,00.

N. 12.333.
Firma — CASA RUI LIMITADA. — Nesta.
Ramo — Comércio de máquinas e aparelhos
em geral.
Capital — Cr\$ 250.000,00.
Sócios — Paulo Rudi Schnorr, Cr\$ 50.000,00;
Rui Vieira Camargo, Cr\$ 200.000,00.

N. 12.334.
Firma — EMPRESA AGRO-PECUÁRIA MA-
RIA DO CÉU LIMITADA. — Tijucas.
Ramo — Exploração Agro-Pecuária em ge-
ral (Maria do Céu).
Capital — Cr\$ 400.000,00.
Sócios — João Bayer Neto, Cr\$ 200.000,00;
Eduardo Santos Lins, Cr\$ 100.000,00; José An-
driani, Cr\$ 100.000,00.

N. 12.335.
Firma — EMPRESA AGRÍCOLA DE CAFÉ
SOMBREADO LIMITADA (Cafessombra) Tijucas.
Ramo — Exploração Agrícola em geral.
Capital — Cr\$ 400.000,00.
Sócios — Roberto Konder Bornhausen,
Cr\$ 200.000,00; Luiz Carlos Galotti Bayer,
Cr\$ 200.000,00.

N. 12.336.
Firma — WEINGRABER & CIA. LTDA. —
Itajaí.
Ramo — Comércio em geral.
Capital — Cr\$ 40.000,00.
Sócios — Helmuth Weingraber, Cr\$ 20.000,00;
Aldo Silva, Cr\$ 10.000,00; Odemira G. de Noro-
nha, Cr\$ 10.000,00.

N. 12.347.
Firma — PALADINI & SILVA. — Araran-
guá.
Ramo — Fabricação de Sabão.
Capital — Cr\$ 10.000,00.
Sócios — Donato Paladini, Cr\$ 5.000,00;
Francisco Procópio da Silva, Cr\$ 5.000,00.

N. 12.348.
Firma — DARCI CELLA & IRMÃOS. —
Concórdia.
Ramo — Fabricação e Engarrafamento de
bebidas.
Capital — Cr\$ 45.000,00.
Sócios — Darci Cella, Cr\$ 15.000,00; Lindo
Cella, Cr\$ 15.000,00; Juarez Pedro Cella,
Cr\$ 15.000,00.

ÚLTIMA PÁGINA

ATÉ QUANDO A COFAP?

De um artigo do dr. Brasília Machado Neto, ex-presidente da Confederação Nacional do Comércio.

Tôda gente está convencida do absoluto fracasso da COFAP como órgão controlador de preços. Sabe-o o govêrno, que ensaiou o organismo com denominações diferentes, variados regulamentos e chefes diversos nos últimos quinze anos. Sabem-nos as classes produtoras. Sabem-no os próprios presidentes da instituição. Sabe-o, mais que ninguém, o público consumidor, que tem sentido na própria carne o arrôcho crescente e inexorável dos aumentos que a COFAP não conseguiu evitar ou que ela mesma provocou com medidas extemporâneas. Sabem-no os contribuintes, a quem a imensa inutilidade custa por ano (oficialmente) a bagatela de 320 milhões de cruzeiros.

Em vão procurcu-se cercar o monstrengo de condições favoráveis de vida, a êle que deveria realizar o milagre inédito no mundo de efetivar a revogação da lei da oferta e da procura, estabelecida em decreto. Foi colocada às suas ordens a Polícia, com uma Delegacia de Economia Popular especializada. Pediu-se oficialmente, em brados demagógicos ao povo que fizesse justiça pelas próprias mãos, e para êsse fim foram criados os júris populares.

Os resultados não podiam ser mais melancólicos, tanto no terreno do abastecimento quanto no dos preços. Os gêneros nunca foram tão escassos, nem os custos tão altos. Os júris terminaram absolvendo quase todos os acusados, levados á sua presença sem provas ou por vinganças mesquinhas de desafetos. A polícia só conseguia colher em suas malhas pobres verdureiros, caixeiros entregadores ou modestos comerciantes, que por inadvertência cobravam um tostão a mais no tomate ou no toucinho. Os fiscais, com as exceções da praxe, organizaram durante longo tempo tal sistema de intimidação e de extorsão no comércio, que o honrado General Pantaleão Pessoa se viu obrigado a demitir todos no Rio de Janeiro, substituindo-os por estudantes. A enorme frota de caminhões e reboques frigoríficos jaz aos pedaços em enormes depósitos de material imprestável, sem recuperação.

Tudo isso ainda não foi suficiente para liquidar o monstro, que tem fôlego de sete gatos. Todos sabem de sua inutilidade em face das tarefas que lhe competem, agindo na superfície, isoladamente, tabelando no varejo, enquanto sobem ágios, salários, e impostos, decretados pelo mesmo govêrno que o mantém. Entretanto êle aí continúa, pronto a espalhar seus malefícios, dos quais não têm escapado as próprias repartições oficiais. Até quando continuaremos a agir com insensatez, voltando as costas á realidade e persistindo na obstinada política de intervenção, de cujo malôgro a COFAP é o maior e mais eloqüente exemplo?

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE SANTA CATARINA

Avenida Hercílio Luz, 57
Presidente: Charles Edgar Moritz
Secretário Executivo: Dr. Roberto Lacerda
Telefone — 3228
Horário: Das 13,00 — 18,00

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA

Praça Pereira e Oliveira
Edifício IPASE, 4º andar
Presidente: Celso Ramos
Secretário Executivo: Sílvio Machado
Telefone — 2332
Horário: Das 9,00 — 12,00 e 14,00 — 18,00

**FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE
SANTA CATARINA**

Praça Pereira e Oliveira, nº. 18 — Telefone, 2.760
Caixa Postal, 278 — End. Tel. FARESC — Florianópolis, SC.

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FLORIANÓPOLIS

Rua Trajano, 14 — Sobrado — Florianópolis — Santa Catarina

(Com base territorial nos municípios de Florianópolis,
São José, Palhoça e Biguaçu)

Telefone: 3.319

DIRETORIA

Presidente — João Jorge Mussi

Secretário — Manoel Donato da Luz

Tesoureiro — Carlos Gainete

Diretor de Secretaria — Dr. Frederico Silva Neto

JOÃO MORITZ S. A.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— Fundado em 1865 —

Matriz: RUA TIRADENTES, n^os. 39 a 45

Telefones, 3225 e 2180. — Telegramas — MORITZ

Correspondência — Caixa postal, 58.

Filiais:

A SOBERANA

Praça 15 de Novembro

Telefone: 3505

A SOBERANA

Estreito — Canto

Telefone: 6203

FABRICA DE BALAS, CAMELOS, BONBONS,

MASSAS ALIMENTÍCIAS "DIVINA",

PANIFICAÇÃO, DOCES, BISCOITOS

— REPRESENTAÇÕES E AGÊNCIAS —

Agentes para o Estado de Santa Catarina das

USINAS NACIONAIS

(Fabricantes do afamado açúcar PÉROLA)

Varejos de todos os produtos fabricados, na Matriz e nas Filiais